

Marcio Anderson Kontopp

Trajetórias de participação na elaboração dos projetos de expansão da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, Florianópolis, SC: Um estudo de caso.

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de bacharel em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Raúl Burgos

Orientador: Prof. Dr. Raúl Burgos

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kontopp, Marcio Anderson

Trajetórias de participação na elaboração dos projetos de
expansão da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, Florianópolis,
SC : Um estudo de caso. / Marcio Anderson Kontopp ;
orientador, Raúl Burgos - Florianópolis, SC, 2016.
81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Florianópolis. 3. Plano Diretor.
4. Participação. 5. Direito à Cidade. I. Burgos, Raúl. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Marcio Anderson Kontopp

Trajetórias de participação na elaboração dos projetos de expansão da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, Florianópolis, SC: Um estudo de caso.

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para a obtenção do Título de “Bacharel em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Ciências Sociais. Florianópolis, 08 de agosto de 2016.

Tiago Bahia Losso

Prof. Dr.

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Raúl Burgos

Prof. Dr.

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Lígia Helena Hahn Lüchmann

Profa. Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Renato Francisquini Teixeira

Prof. Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial, aos meus pais, pela confiança e incentivo.

A minha companheira, Elisabeth, pelo carinho e paciência.

Ao Professor Raúl Burgos, meu Orientador, pelos ensinamentos, e demais professores participantes da Banca, pela disponibilidade.

Ao grande amigo Marcus Vinícius, eterno apoiador desta longa empreitada.

Ao Arquiteto Manoel Arriaga, do GEMURB, e ao Dr. Valcionir Corrêa, do LASTRO.

Ao servidor público da Coordenação de Curso, Rogério, sempre disposto a ajudar.

A todas as companheiras e companheiros que acreditam que outra cidade é possível.

RESUMO

O processo de disputa em torno do direito à cidade envolve uma multiplicidade de atores sociais que buscam, cada um à sua maneira, defenderem uma determinada visão de cidade. São diversos interesses que partem de diferentes instâncias da sociedade que buscam definir a posse e uso do solo urbano de acordo com suas próprias visões de cidade. O plano diretor é a síntese destas disputas. A partir do estudo de caso realizado sobre os diferentes projetos de expansão da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, Florianópolis, buscamos elaborar um quadro histórico sobre o desenvolvimento do bairro e dos principais fatores que contribuíram para sua expansão, mapear quais atores sociais estiveram envolvidos na disputa pela formulação do projeto de obras e caracterizar quais suas formas de atuação ao longo deste processo. A UFSC desempenhou um papel central no desenrolar desta disputa, seja enquanto parte interessada na obra, tendo em vista a necessidade de cessão de parte de seu território do campus central, seja enquanto uma fomentadora de primeira ordem de discussões em torno de qual visão de cidade se é desejável, papel este que também buscamos aqui caracterizar.

Palavras chave: Florianópolis, Plano Diretor, entidades comunitárias, participação, direito à cidade.

ABSTRACT

The process of dispute over the right to the city involves a multiplicity of social actors seeking, each in their own way; defend a certain vision of the city. The master plan is the synthesis of these disputes. There are several concerns that start from different levels of society that seek to define the ownership and use of urban land according to their own city views. From the case study on the various expansion projects of Deputy Antonio Edu Vieira street, on the Pantanal neighborhood, Florianopolis, we seek to draw up a historical picture of the development of the district and the main factors that contributed to its expansion, map out which social actors were involved in the dispute over the construction project design and characterize what forms of activity throughout this process. UFSC played a central role in the unfolding of this dispute, either as an interested party in the work, in view of the need to part of its territory from the central campus assignment, either while a developer of discussions around what city view whether it is desirable, a role that also seek to characterize in this study.

Keywords: Florianopolis, Master Plan, community organizations, participation, right to the city.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AER – ÁREA DE EXPLORAÇÃO RURAL

APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

ATE – ÁREA TURÍSTICA EXCLUSIVA

ATR – ÁREA TURÍSTICA RESIDENCIAL

CCPan – CONSELHO COMUNITÁRIO DO PANTANAL

CEB – COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

CETMU - COMISSÃO DE ESTUDO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA DO CAMPUS DA TRINDADE E BACIA DO ITACORUBI

CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CPPF – COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO FÍSICO DA UFSC

CTC – CENTRO TECNOLÓGICO

CUn – CONSELHO UNIVERSITÁRIO

DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

ELETROSUL – ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

FAMESC – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GAPRE – GABINETE DO PREFEITO

GMURB – GRUPO DE ESTUDOS DE MOBILIDADE URBANA

GR – GABINETE DA REITORIA

GTT – GRUPO DE TRABALHO DE TRANSFERÊNCIA

IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

LASTRO – LABORATÓRIO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO

MPTC – MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PMF – PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SERFHAU - SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO

SMO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

TAC – TEATRO ÁLVARES DE CARVALHO

TCE – TRIBUNAL DE CONTAS

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

VDM – VALOR DIÁRIO MÉDIO

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1: Bairro Pantanal. Fonte: o autor. 2016.....</u>	<u>22</u>
<u>Figura 2: Área de Preservação Permanente. Fonte: o autor. 2016.</u>	<u>23</u>
<u>Figura 3: Evolução da via. A partir da esquerda, imagens da Rua Deputado Antônio Edu Vieira em 1938, 1957, 1977, e 2009, respectivamente. Fonte: Geoprocessamento Corporativo – Prefeitura Municipal de Florianópolis. 2016.</u>	<u>25</u>
<u>Figura 4: Via durante construção do campus. Fonte: Acervo da Memória da UFSC. Agência de Comunicação – AGECOM. 2000.....</u>	<u>26</u>
<u>Figura 5: Delimitação da via. Fonte: o autor. 2016.....</u>	<u>31</u>
<u>Figura 6: Zoneamento da Via. Fonte: Geoprocessamento Corporativo – Prefeitura Municipal de Florianópolis. 2016.</u>	<u>32</u>
<u>Figura 7: Trechos da via conforme Sistema Viário. Fonte: Lei N°482/2014 – Prefeitura Municipal de Florianópolis.....</u>	<u>34</u>
<u>Figura 8: Croqui PD de 1955. Fonte: PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF. 1952.</u>	<u>36</u>

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1 - Caracterização dos trechos da via conforme Lei N° 482/2014.....</u>	<u>34</u>
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1– O BAIRRO.....	21
1.1 – Caracterização	21
1.2 – Grandes Marcos	27
2 – A VIA	31
2.1 – Delimitação.....	31
2.2 – Zoneamento	32
3 – PLANOS	35
3.1 – O primeiro plano a pensar ao sul da cidade.....	35
3.2 – O plano regionalizado.....	37
3.3 – A era IPUF: Plano dos Balneários e o Plano Campeche.....	40
4 – PROJETOS	46
5 – O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PANTANAL	61
5.1 - Identidades e desafios.....	61
6 - RELATOS DE CAMPO	68
7 - CONCLUSÃO	73
8 - BIBLIOGRAFIA	76

INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Participativo de Florianópolis¹, aprovado em dezembro de 2013, é o instrumento legislativo que traça as grandes diretrizes da política urbana a ser aplicada pela Prefeitura Municipal nas próximas décadas. No entanto, este Plano Diretor, bem como seus três predecessores, ainda deixou muitas perguntas a serem respondidas e desafios a serem encarados, principalmente após sua polêmica votação e aprovação em tempo recorde pela Câmara de Vereadores. Uma grande quantidade de emendas foi proposta após a aprovação do documento original, muitas sem devida apreciação. Sua validade legal já foi alvo da Justiça Federal, que suspendeu seu processo de votação após acatar denúncia do Ministério Público Federal por descumprimento de diretrizes do Estatuto da Cidade sobre participação popular na elaboração da lei.

Este cenário institucional nos ajuda a compreender a dinâmica social do qual é representação: a disputa pelo direito à cidade. Diferentes interesses de uso e ocupação da cidade se chocam quando da tentativa legislativa de definição legal, evidenciando que tal conflito já era deflagrado em diversas outras esferas sociais. A necessidade de um ordenamento legal sobre o uso da cidade evidencia e retoma diversos conflitos que estão conectados a própria história de sua constituição enquanto cidade.

Ao longo de seu processo de complexão urbana, novas dinâmicas sociais e novos espaços de disputa vão se constituindo. Temos hoje diversos conflitos de ordem urbana, espalhados por toda a cidade², relacionados a motivos diversos, como a preservação da paisagem natural, do patrimônio histórico material e imaterial, o direito à habitação e ao lazer, melhores condições de mobilidade urbana, dentre outros. Entre as diversas disputas pelo direito à cidade que de alguma forma, foram reacendidas pelo Plano Diretor Participativo, existe o projeto de ampliação de uma via arterial que faz a ligação entre a Avenida Expressa, localizada no aterro da baía sul, com o campus da UFSC. A Rua Deputado Antônio Edu Vieira é a principal via rodoviária do bairro Pantanal, importante área de comércio, serviços e circulação, sendo de vital importância para a dinâmica social deste bairro, que através dela estruturou seus lotes e demais vias.

O atual projeto apresentado pela Prefeitura para ampliação da via constitui uma intervenção

1

Lei Complementar Nº 482 de 14 de janeiro de 2014. A votação e aprovação pela Câmara de vereadores ocorreu no dia 30 de dezembro de 2013.

2

O conflito que mais mobiliza a cidade, hoje, é o destino que será dado a Ponta do Coral, localizada na Avenida Beira Mar Norte. Existem dois projetos disputando a área: Um deles é a construção de um megaempreendimento do ramo hoteleiro e turístico. O outro é a construção de um parque público, o Parque Cultural das 3 Pontas. Mais informação sobre disponível em: <<https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/>> - Acessado em: 10/04/2015.

de grande porte, de forma que, para sua realização serão necessárias diversas desapropriações de moradias localizadas junto à via, além de concessão de uma área do campus da Universidade. Esse cenário provocou intenso debate na comunidade local, na Universidade e na própria Prefeitura. Além do Plano Diretor Participativo que, em tese, constitui foro privilegiado para o debate amplo sobre tal obra, surgiram outros espaços de debate e estudo sobre a questão. Desta maneira, diversos atores sociais, como pesquisadores, legisladores, líderes comunitários passaram a influir no processo de tomada de decisão sobre o futuro da rua e conseqüentemente, do bairro como um todo.

Dentro deste contexto multifacetado de atores sociais, destacamos a atuação do Conselho Comunitário do Pantanal como um dos pontos centrais de análise. O *CCPan* foi fundado em março de 1981³ e é um órgão representativo que se propõem a atuar em diversas questões pertinentes a dinâmica urbana e social do bairro. Além de prover espaços de discussão e debate sobre o interesse comunitário, promove ações de cunho cultural e educacional. Tem atuado ao longo dos últimos anos um agente fomentador da discussão em torno do desfecho da obra, além de espaço físico que abriga assembleias comunitárias e grupos de estudo sobre o tema.

Sendo o *CCPan* uma das instâncias mais tradicionais e cristalizadas de participação popular dos moradores do bairro e demais comunidades nas adjacências, bem como de movimentos sociais e de estudantes da Universidade, tal órgão desempenha um papel proeminente dentro do conflito de interesses deflagrado pelo projeto de duplicação da via.

Desta maneira, nos propomos a responder a seguinte questão: De que maneira e em quais espaços as diversas instâncias comunitárias, organizadas sob a forma do *CCPan*, tem se mobilizado para influir sobre este projeto?

Partimos da noção fundamental de que a participação popular é um ponto fundamental para a gestão democrática das cidades. Como enunciado no Estatuto da Cidade⁴, a participação de organizações e entidades dos diversos segmentos da sociedade no planejamento e acompanhamento de projetos de desenvolvimento urbano é salutar e necessária para a efetiva democratização do direito a cidade. Esta lógica participativa deve ser aplicada a todas as esferas de poder, concebendo desde as diretrizes gerais das leis que regem o planejamento urbano até a implementação de

³ Coelho e Lückmann, 2005.

⁴ Lei Federal Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001.

projetos concebidos pelo Executivo através de suas instâncias técnicas.

Tomando como postulado a participação popular para que possamos acessar uma cidade mais democrática e igualitária, devemos também levar em consideração que a esfera do Executivo Municipal é a esfera de poder que está mais próxima ao cidadão. Desta maneira, se devemos tomar parte nas macro diretrizes que regem o planejamento urbano, quando tratamos de projetos da competência da municipalidade, é oferecida uma oportunidade ainda mais imediata de participação e influência.

Obviamente, a participação popular por si própria não constitui a única instância a ser considerada como a forma mais adequada de fazer a gestão da cidade. Muitas vezes, lhe carece de dados empíricos, conhecimentos técnicos, embasamento legal, dentre outros. É neste sentido que deve haver uma sinergia entre a sociedade civil organizada e o Estado em suas esferas legislativa, executiva e judiciária, de forma que a confluência de saberes e práticas promova um debate qualificado e um resultado benéfico a maior quantidade de cidadãos.

No entanto, sendo a sociedade um espaço de disputa de interesses, muitas vezes estes se sobrepõem a uma visão positiva da participação. Quando prevalece uma unilateralidade de interesse específico, frequentemente os resultados são obras desconexas da realidade social do seu entorno ou que atendem a somente parcelas muito específicas da sociedade, quando não inacabadas, que se transformam em empecilhos para futuras administrações ou em pontos de fuga de valiosos recursos. Neste cenário, por muitas vezes a participação social se posiciona em um papel de fiscalizador informal do poder público, exercendo dentro de suas parcas possibilidades, pressão sobre os administradores públicos para que suas impressões também sejam consideradas. Assim, partiremos da concepção de que é necessário que haja uma espécie de troca entre Estado e sociedade civil para que possamos atingir um desenvolvimento democrático das nossas cidades e que estas sejam produzidas enquanto espaços qualificados.

Nosso quadro referencial está estruturado em torno da sociologia urbana e dos conceitos de direito à cidade, movimentos sociais urbanos, associativismo civil, organização popular e Plano Diretor Participativo. No que se refere ao direito a cidade, partimos da crítica de Lefvbre sobre determinadas abordagens do fenômeno urbano pela ciência, na qual rechaça uma produção de caráter tecnocrata e descolada das condições sociais concretas sob as quais está inserida, e sugere que este conhecimento crítico sobre a cidade deve estar pautado essencialmente na práxis social:

“Uma ciência analítica da cidade, necessária, está hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana” (LEFEVBRE, 1991, p. 104).

Sendo a práxis dinâmica, a ciência da cidade pode trabalhar com “modelos” de realidade urbana, num determinado recorte histórico, para que sejam possíveis as análises e aplicação de conceitos centrais, como forma, estrutura, função, etc., no entanto, é necessário ainda aprofundar esses conceitos, possibilitando sua aplicação prática, a fim de traçar uma estratégia urbana:

Quem diz estratégia diz hierarquia de variáveis a serem consideradas, algumas das quais têm uma capacidade estratégica e outras permanecem ao nível tático – também chamado de força suscetível de realizar essa estratégia na prática. Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos. (Id. p.111)

No entanto, esta estratégia urbana tem que estar necessariamente conectada com suas bases sociais e ser por elas levadas a cabo. “A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma” (Ibid. p.112). Tal suporte social e urbano encontra uma de suas expressões nos movimentos sociais urbanos. No contexto do nosso país, esses movimentos vêm tomando corpo político de expressão, principalmente da década de 1980 em diante. Os movimentos sociais urbanos, além de concentrar uma certa “coesão” de objetivos, conseguiu lograr um considerável avanço no que se refere à legislação urbana:

Essas críticas são precoces se não reconhecermos que os chamados movimentos urbanos lograram uma condição rara no Brasil se comparado a outros países do mundo: uma certa unidade em torno do ideário da Reforma Urbana, o qual poderíamos sintetizar em direito à cidade e à cidadania para todos, em especial os excluídos territorialmente. Essa reunião de movimentos, federações de sindicatos, associações profissionais e acadêmicas e ONGs (...) contabiliza muitas conquistas ao longo dos últimos vinte anos. (MARICATO, 2008, p.19)

No caso específico de Florianópolis, os movimentos comunitários e associativos desempenharam um papel central no desenvolvimento das disputas sobre o direito à cidade, sendo também objeto de pesquisadores que presenciaram e participaram deste processo. Sob a temática “identidade e diferença” aplicada a análise de movimentos sociais contemporâneos, foi produzido um estudo das entidades comunitárias do município, focando principalmente as dificuldades e limites enfrentados nesse modelo de associativismo. (SCHERER-WARREN, 2004, p. 57)

Como pudemos observar, o estabelecimento do Plano Diretor Participativo com principal ferramenta de elaboração de uma legislação urbana municipal e seu desenrolar promovem um agiornamento de diversas formas de associação civil, mobilizados na disputa desse ordenamento

legal. A consolidação institucional do Plano Diretor como sendo instrumento principal da política urbana, fato que por si é fruto de uma conquista dos movimentos sociais, parecer também constituir um elemento-chave neste processo pois é, em tese, um instrumento de exercício de democracia direta:

Trata-se de competência da democracia direta, sob a égide não do público estatal do mundo representativo, exclusivamente, mas do coletivo institucional de uma república democrática participativa: suas matérias envolvem toda a sociedade, com as três esferas da Federação, todas as autoridades, a população local, os recursos e todos os interesses, em foro de poder constituinte municipal. (PILATI in PERES, 2013, p.64).

Seria neste sentido que o Plano Diretor Participativo constitui justamente o foro principal para a apresentação das “estratégias urbanas” - uma hierarquia prioritária de variáveis que, apoiadas na ciência da cidade, na prática social e na ação política, é posta em prática (LEFEVBRE, 1991, p. 112). Lógica semelhante é apontada aqui;

É um grande encontro da cidade consigo mesma; com seus números, problemas, necessidades, recursos, com a população, as autoridades, os técnicos, as universidades. É a hora da grande barganha no bom sentido: negociam-se investimentos nas áreas prioritárias, atraindo capitais; discutem-se compensações e soluções para o que não se incentiva, enfim, planeja-se o futuro. (PILATI in PERES, 2013, p. 65).

É dentro deste quadro referencial acima desenhado que balizaremos a pesquisa proposta, buscando compreender o papel do CCPan em relação ao projeto de duplicação da principal via do bairro. O princípio motivador desta pesquisa é contribuir minimamente para um debate é pertinente tanto comunidade local quanto à própria Universidade. O campus da UFSC compõe boa parte do território do bairro Pantanal e exerce sobre ele a inserção de uma dinâmica urbana própria em relação a outros polos de urbanização da cidade. Dentre outros exemplos, podemos ressaltar o deslocamento de veículos públicos e particulares, ciclistas e pedestres que diariamente concentram-se no bairro para utilizar-se do campus. Esse deslocamento de grande porte provoca congestionamento nas vias rodoviárias, devido à incompatibilidade de infraestrutura urbana para acolher tamanha demanda. Existe também a elevação do preço do solo e a especulação imobiliária provocada pela alta rotatividade anual de alunos novos. O ciclo anual de ingresso de novos alunos na Universidade gera uma demanda praticamente interrupta de procura por moradia. O alto valor do solo, somado a uma especulação imobiliária que não encontra maiores dificuldades de ser praticada, colaboraram para o surgimento de diversas unidades habitacionais de baixa qualidade, muitos irregulares ou mesmo ilegais. Existem também diversos empreendimentos imobiliários legais com altas taxas de ocupação habitacional, elevado preço de uso e que pouco contribuem para a

readequação da infraestrutura urbana pública, como sistemas de iluminação pública ou de saneamento básico. Constituem-se em sua maioria de condomínios de prédios e situam-se em área privilegiada do bairro, às margens da principal via local. Sendo a Universidade um dos principais elementos que constituem esse espaço, é interessante que se provoque a reflexão acadêmica sobre o tema. Cremos que a Universidade tem muito a contribuir para a reflexão dos temas sensíveis ao seu próprio futuro e da comunidade na qual está inserida e faz parte.

Além de problematizar as expressões que o campus exerce na dinâmica local, devemos ressaltar a pertinência social desta análise, que busca compreender os métodos de organização e participação popular em relação aos seus interesses e problemas quotidianos. Dentro de um maior contexto sobre a democracia direta, cidadania participativa e movimentos sociais urbanos, nos parece particularmente interessante observar como esses espaços são concretamente construídos, elaborados e realizados.

Contribuímos também para a continuação de pesquisas sobre o associativismo civil em Florianópolis. A cidade possui um longo histórico de disputas, nas quais a atuação dos movimentos associativos desempenhou um papel de destaque. Durante as últimas duas décadas, diversas pesquisas foram publicadas trazendo esta temática, descrevendo seus objetos de disputa, as formas de organização popular, as experiências participativas e dificuldades de coesão enfrentadas por essas organizações. No entanto, apresentamos como viés inovador o fato de estarmos escrevendo a luz (ou sombra) do Plano Diretor já aprovado, ou seja, numa etapa diferente de mobilizações ou desmobilizações.

1– O BAIRRO

1.1 – Caracterização

O bairro Pantanal está localizado na parte insular de Florianópolis, mais precisamente na porção sudoeste da cidade (Figura 1). Faz limite com os bairros Trindade e Carvoeira ao Norte, Costeira do Pirajubaé ao Sul, Córrego Grande ao Leste e Saco dos Limões ao Oeste. Seus principais acessos se dão através da Via Expressa Sul ou Beira Mar Norte, ambas com desembocaduras na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, principal via do bairro. O Pantanal está entre espaldo final do Morro da Cruz, formação que predomina em toda a área central da cidade, e o início do Maciço da Costeira do Pirajubaé, sendo uma espécie de baixada de vale. Sua área central é mais plana e baixa do que as áreas imediatamente periféricas, local onde está instalado o campus da UFSC, entrecortada por diversos cursos d'água provenientes das áreas de encosta que o circundam. O nome Pantanal remete justamente as características de área de banhado ali formado. Esta descrição remete principalmente ao núcleo urbano do bairro. É importante salientar também que uma grande extensão territorial do bairro se estende pelo Parque Municipal do Maciço da Costeira, área de altitude com uma grande quantidade de nascentes de cursos d'água. Esta porção mencionada possui poucas habitações e aparelho urbanos, tanto pelo difícil acesso devido ao relevo quanto também pelo fato de sua massiva área ser delimitada enquanto APP - Área de Preservação Permanente (Figura 2).

Bairro Pantanal Florianópolis - SC

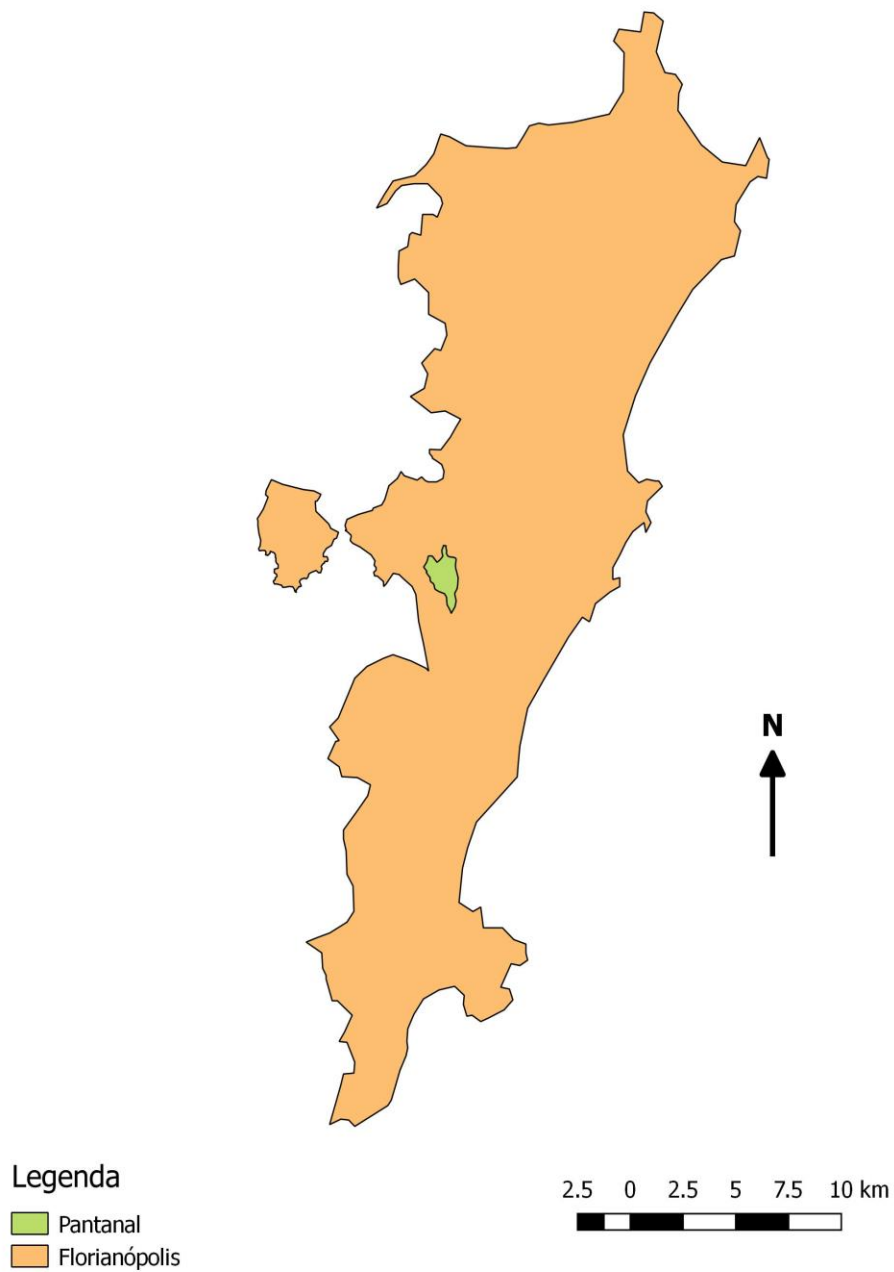


Figura 1: Bairro Pantanal. Fonte: o autor. 2016.

Bairro Pantanal

APP - Área de Preservação Permanente

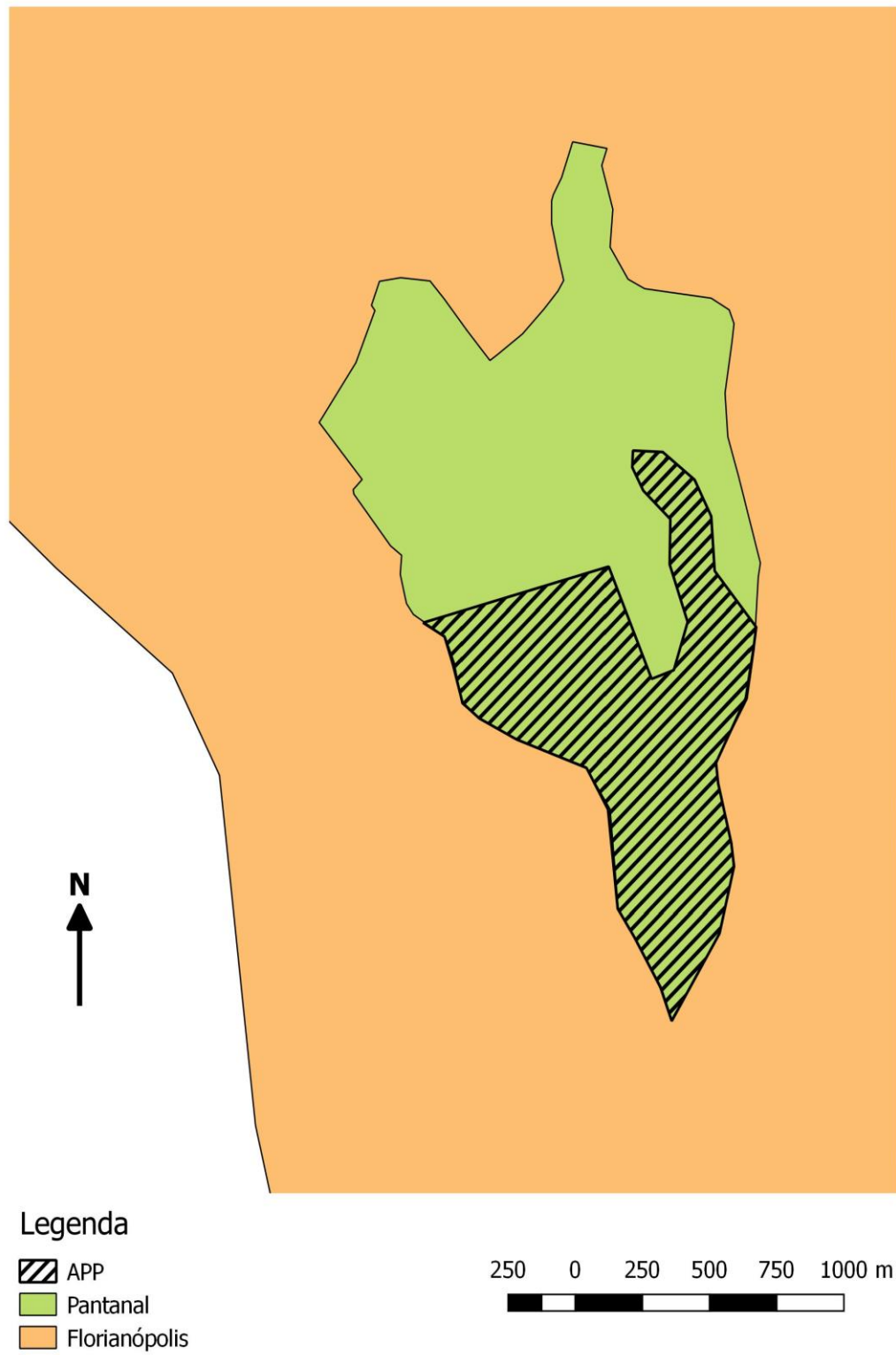


Figura 2: Área de Preservação Permanente. Fonte: o autor. 2016.

O Pantanal, tal qual descrito por Virgílio Várzea no despertar do Século XX, remonta a imagem de um pequeno vilarejo rural, parcamente habitado, utilizado principalmente como um local de trânsito para aqueles que se encaminhavam ao arraial da Trindade e Trás do Morro, núcleos rurais maiores.

O Pantanal é um arraial muito inferior em população e construções ao arraial do Saco, e acha-se situado à falda de uns cerros ao sul, de que é padrazo o Morro do Rio Tavares, tendo em frente, pelo Norte, o vale formado entre os altos da Carvoeira e os daquele monte. Os sítios que contém são em geral terras de cultura, com simples mas risonhas casinhas rústicas e engenhos primitivos, uns feitos de alvenaria, muitos só de pau-a-pique barreado, cobertos de telha ou palha (....) O nome Pantanal vem-lhe talvez desse vale onde serpenteia o riacho dos Limões que deságua à praia do Saco, vale cujo terreno são frequentes os banhados (...) Essa estrada, que descreve uma admirável curva de mais de três quilômetros de extensão (...) vai terminar no vasto largo da Santíssima Trindade, quase em frente ao sítio de onde parte a magnífica estrada que daí conduz à cidade pelas Carreiras e pela Pedra Grande (VÁRZEA, 1900, p. 86)

Tal caminho se dava por meio de uma via de terra batida, partindo do ponto de junção das vias de acesso a Costeira do Pirajubaê e do Saco dos Limões, junto à orla do mar, até o acesso principal do Córrego Grande. Este antigo traçado que atravessa o bairro Pantanal em sua totalidade é a origem da atual Rua Deputado Antônio Edu Vieira. Na Figura 3, podemos observar o processo de urbanização ao longo da via no decorrer das décadas:

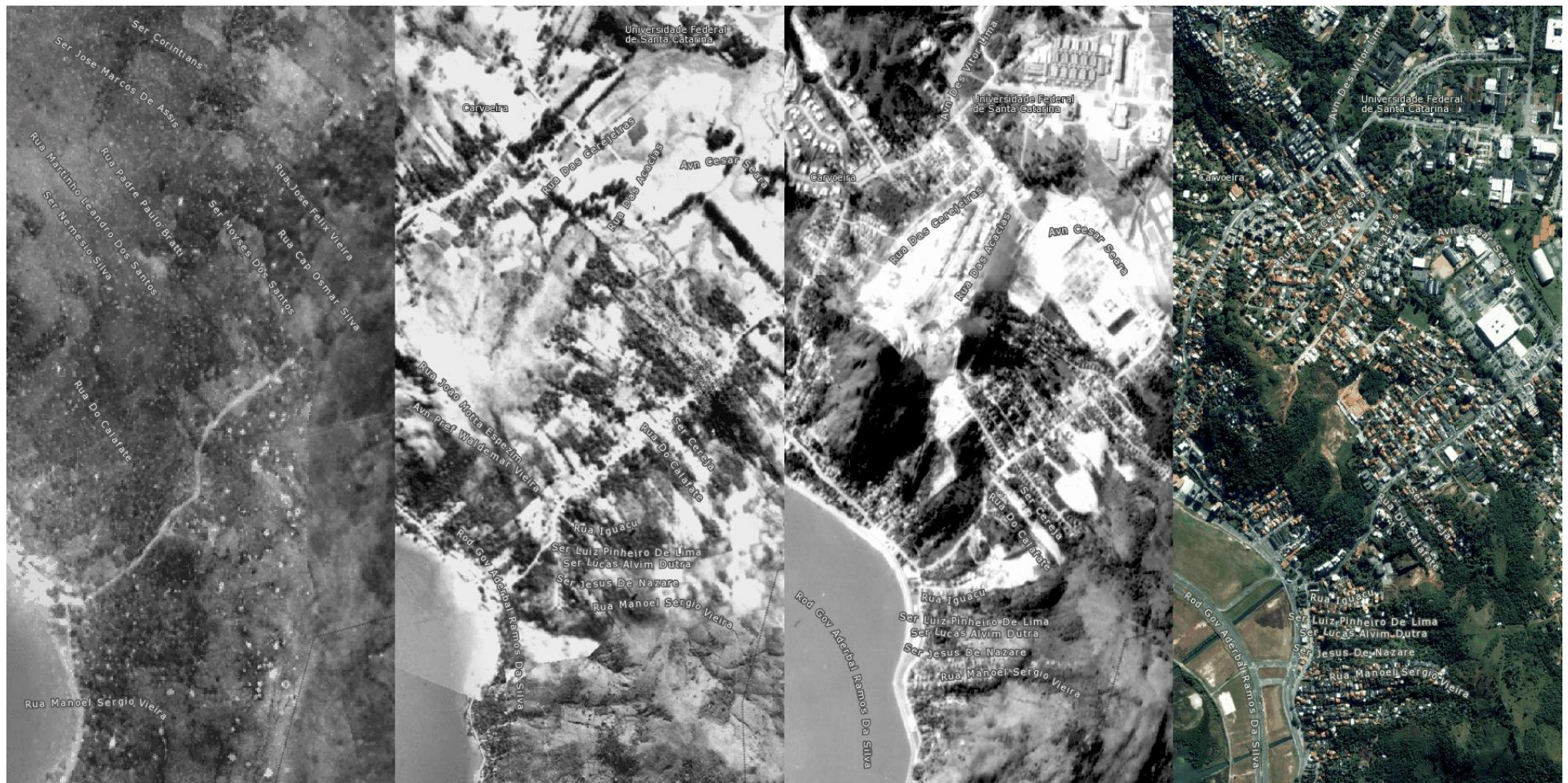


Figura 3: Evolução da via. A partir da esquerda, imagens da Rua Deputado Antônio Edu Vieira em 1938, 1957, 1977, e 2009, respectivamente. Fonte: Geoprocessamento Corporativo – Prefeitura Municipal de Florianópolis. 2016.

O modelo de desenvolvimento urbano que se estrutura em torno de uma via ou caminho é um modelo comum a toda Florianópolis. As chamadas “estradas gerais” desempenham neste sentido uma função de destaque, conforme aponta Almir Francisco Reis:

O processo de crescimento da cidade de Florianópolis sobre a Ilha de Santa Catarina, que denominamos parcelamento simples, se desenvolve aproveitando o traçado dos caminhos (as “estradas gerais”) e o parcelamento agrícola preexistente. O traçado resultando é, portanto, estreitamente relacionado com estes dois elementos, gerando sistema viário em “*espinha de peixe*”, com o antigo caminho estruturando crescimentos marginais surgindo do parcelamento de lotes coloniais. (REIS, 2012, p.134).

A descrição bucólica e romantizada compartilhada por Várzea irá manter-se com poucas alterações substanciais por algo em torno de mais cinco décadas, pois as principais modificações nos aspectos socioespaciais se dão com em torno da construção do campus da Universidade Federal de Santa Catarina. Embora este não tenha sido tão somente o único fator que desencadeia o processo de crescimento populacional do bairro e a instalação de equipamentos urbanos públicos, como pavimentações e rede de energia elétrica, o apontamos como principal fator. Na Figura 4, podemos observar poucas construções ao longo da via:



*Visão do Prédio da Reitoria, Engenharias e Núcleo de Processamento de Dados.
Ao fundo, Rua Deputado Antônio Edu Vieira, Bairro Pantanal | Década de 1970*

Figura 4: Via durante construção do campus. Fonte: Acervo da Memória da UFSC. Agência de Comunicação – AGECOM. 2000.

1.2 – Grandes Marcos

Iremos aqui descrever alguns fatores que colaboraram para a acentuação do processo de transformação socioespacial do Pantanal. Obviamente, durante o mesmo período que aqui abarcaremos diversos outros processos vão se desenvolvendo na cidade de Florianópolis como um todo, e que de forma ou outra também incidem sobre o bairro. No entanto, em nossa visão, alguns fatores são preponderantes, isso porque acontecem no contexto local, ou seja, se dão no interior do bairro. Dentre os fatores locais apontados como preponderantes, daremos maior ênfase na construção do campus da UFSC, pois é o de maiores proporções de tamanho e com maior potencial de atrair a circulação de pessoas, de investimentos em equipamentos urbanos públicos e fixação de moradia ao entorno.

O terreno no qual foi erigido o campus se configurava enquanto área comunal até a década de 1930. Em 1934, através do Decreto Estadual Nº 46, de 11 de Julho [1], o Estado faz a apropriação de diversas terras comunais da região da Trindade e adjacentes. Conforme observamos anteriormente, predominavam as produções rurais familiares.

Conforme Maria Inês Sugai: “Na área da Trindade, o Estado e a Igreja Católica constituíam-se nos grandes proprietários fundiários. As terras pertencentes ao governo estadual originavam-se de apropriações, efetuadas em 1934, das áreas de uso comum existentes nos campos da Trindade.” (SUGAI, 2015, p.81).

Em algumas das terras apropriadas pelo Estado, foram criadas fazendas-modelo. Foi o caso do terreno do campus da UFSC, aonde funcionava a Fazenda Modelo Assis Brasil.

Por via direta, o Estado também se apoderou de terras de áreas comunais, desenvolvendo nelas fazendas de fomento e orientação à produção do gado leiteiro, com o objetivo de desenvolver a produção leiteira na Ilha. São exemplos importantes a Fazenda Ressacada e o posto Assis Brasil, as quais se especializavam na criação de gado holandês e Jersey, respectivamente. (CAMPO, 1991, p. 131).

O processo de definição da localidade no qual seria instalado o campus foi altamente disputado, com vistas aos interesses imobiliários em torno das futuras melhorias do equipamento urbano e consequente valorização imobiliária. De forma conjunta, havia uma grande expectativa em

5

torno da construção da chamada Via de Contorno Norte .

Após a definição final do uso da antiga fazenda para a construção do campus, observamos

5

A dissertação “As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via contorno norte-Ilha”, de Maria Inês Sugai, é a referência principal nesta análise.

um expressivo aumento nas taxas de loteamento nas adjacências:

Os loteamentos aprovados na Trindade e bairros adjacentes, na década de 1940, representavam 11% do total de loteamentos aprovados na cidade, passando para a década de 1950 para 15% do total (...) na década de 1960, coincidiu com um aumento expressivo de loteamentos na região da Trindade, passando para 27% do total de loteamentos aprovados na cidade. (SUGAI 2015, p.83).

Conforme citado, não somente o campus foi um marco expressivo no que tange o desenvolvimento do Pantanal, especificamente. De forma concomitante ao processo de estruturação e expansão da Universidade, a pressão política em torno da construção da Via de Contorno Norte, o prolongamento da Avenida Beira Mar Norte que completa o anel viário em torno do Morro da Cruz, também cresce. Esta série de investimentos irá de certa maneira fomentar a instalação de vários empreendimentos por toda a região da Bacia do Itacorubi, incluindo-se a Trindade. Várias empresas públicas instalam-se nestes bairros logo na década seguinte. No caso específico do Pantanal, o bairro recebe as instalações da Eletrosul, que muda sua sede da cidade do Rio de Janeiro para Florianópolis:

Entre as empresas estatais implantadas na região, a transferência e construção da sede da ELETROSUL (1978), numa grande área vizinha ao campus da UFSC, repercutiu na organização urbana e na dinâmica imobiliária. A centralização da sede da ELETROSUL em Florianópolis exigiu a transferência de muitos funcionários e familiares que, em sua maioria, vieram do Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Naquela época, o alto poder aquisitivo de sua diretoria e de seu corpo técnico administrativo e, ainda, o grande número de funcionários, em torno de 2.000 pessoas, contribuíram para dinamizar o mercado imobiliário e ampliar o fluxo de veículos na região. (SUGAI, 1994, p.121).

Em 1982 também irá se instalar em área próxima a Eletrosul, o escritório e estúdios da TV Barriga Verde, uma transmissora de televisão afiliada da Rede Bandeirantes, no qual um processo semelhante ao observado na chegada da Eletrosul se desenrola – a chegada de funcionários que buscam fixar-se nos arredores do empreendimento.

Em menos de três décadas, o bairro Pantanal passou do rural ao urbano. A instalação do campus, de uma estatal de grande porte e um estúdio de televisão acelera a dinâmica de expansão do bairro. Os resultados deste processo, como pode ser presumido, foi o adensamento da população residente no bairro e dos serviços e comércios ali instalados, a complexificação da malha viária e o aumento da circulação de pessoas e veículos.

Um último fator que também repercutiu na configuração socioespacial do Pantanal possui

uma característica que o difere dos demais apontados, pois não é estritamente local, mas está inserido numa grande intervenção pública de grandes proporções, definitivamente maior do que a própria construção do campus. Referimo-nos ao complexo de obras que deram origem ao aterro da Baía Sul, a Via Expressa Sul e o Túnel Antonieta de Barros. Consiste em uma via dupla de tráfego rápido, partindo da Ponte Colombo Salles e que termina no viaduto de acesso aos principais bairros da porção Sul da cidade e ao Aeroporto Hercílio Luz. A Via Expressa Sul, enquanto eixo de deslocamento para a Planície do Campeche, UFSC e Porção Leste da cidade, foi inicialmente projetada no Plano Diretor que começou a ser elaborado em 1967, o Plano de Desenvolvimento Integrado da área Metropolitana de Florianópolis. Sobre as principais propostas do Plano:

Para a cidade, propõe duas expansões urbanas: uma, ao longo da BR-101, com a implantação de setor militar, universitário, industrial e pesqueiro, e outra, o Setor Oceânico Turístico, abrangendo desde a Joaquina até o Morro das Pedras, englobando toda a planície do Campeche, com proposta de ocupação urbana de caráter modernista, e configuração verticalizada a partir de torres isoladas, nos moldes do plano da Barra da Tijuca (...) A ligação do centro com o leste da Ilha foi proposta através da construção de via expressa que atravessa em túnel o morro da Cruz e em aterro a Costeira. Esta via, prioritária no plano, tendo em vista a viabilização do Setor Oceânico Turístico, até hoje não se encontra completamente implementada. (REIS, p. 174 e 175, 2012).

Apesar do Plano de Desenvolvimento Integrado apontar essa obra enquanto central, elas só iniciaram de forma efetiva em 1997, praticamente com três décadas de atraso. Das muitas obras traçadas naquele plano, de caráter iminentemente rodoviarista, algumas foram priorizadas em detrimento de outras, algumas até mesmos executados à parte do plano, conforme observa Maria Inês Sugai:

Deve-se observar que, até aquele momento, não estava prevista a implantação de uma via expressa ao norte da área central da Ilha, mas apenas o "prolongamento da Avenida Beira Mar Norte até o campus universitário." (...) Até 1974, ainda que o Plano Diretor não estivesse aprovado, os órgãos estaduais responsáveis pelas intervenções viárias vinham absorvendo as determinações deste Plano e do Plano Integrado, inclusive a que definia prioridade à construção da Via Expressa Sul, entendendo-a como a única via expressa constante do plano. A prioridade na execução da Via Expressa Sul desagradava, principalmente, as frações da classe dominante que pleiteavam a conclusão das conexões que iriam melhorar a acessibilidade aos balneários do norte da Ilha. (SUGAI, 1994, p.130 e 131).

Com as conclusões das obras em 2005, o deslocamento viário ao campus da UFSC, que desde a década de 1970 já era feito com maior frequência pelo lado sul do Morro da Cruz, pela orla do bairro Saco dos Limões, passa agora a contar com um acesso da Via Expressa Sul a Rua

Deputado Antônio Edu Vieira. Este se apresenta como o último fator que elencamos enquanto com maiores potenciais de impacto na configuração socioespacial do Pantanal.

2 – A VIA

2.1 – Delimitação

A Rua Deputado Antônio Edu Vieira é uma rua de mão dupla, com aproximadamente 2 quilômetros de comprimento, a partir do entroncamento com a Av. Prefeito Waldemar Vieira, se estendendo até ao entroncamento com a Rua Delfino Conte, sentido Trindade, Rua João Pio Duarte Silva, sentido Córrego Grande e Avenida Professor Henrique da Silva Fontes, sentido Santa Mônica e Itacorubi, conforme figura 5:

Rua Deputado Antônio Edu Vieira



Legenda

— Rua Deputado Antonio Edu Vieira

— Pantanal

Google Satellite

250 0 250 500 750 1000 m



Figura 5: Delimitação da via. Fonte: o autor. 2016.

2.2 – Zoneamento

De acordo com o atual zoneamento constante no Plano Diretor do município, as áreas imediatamente ao entorno da rua deputado Antônio Edu Vieira estão predominantemente classificadas enquanto ARM – Área Residencial Mista, conforme figura 6:

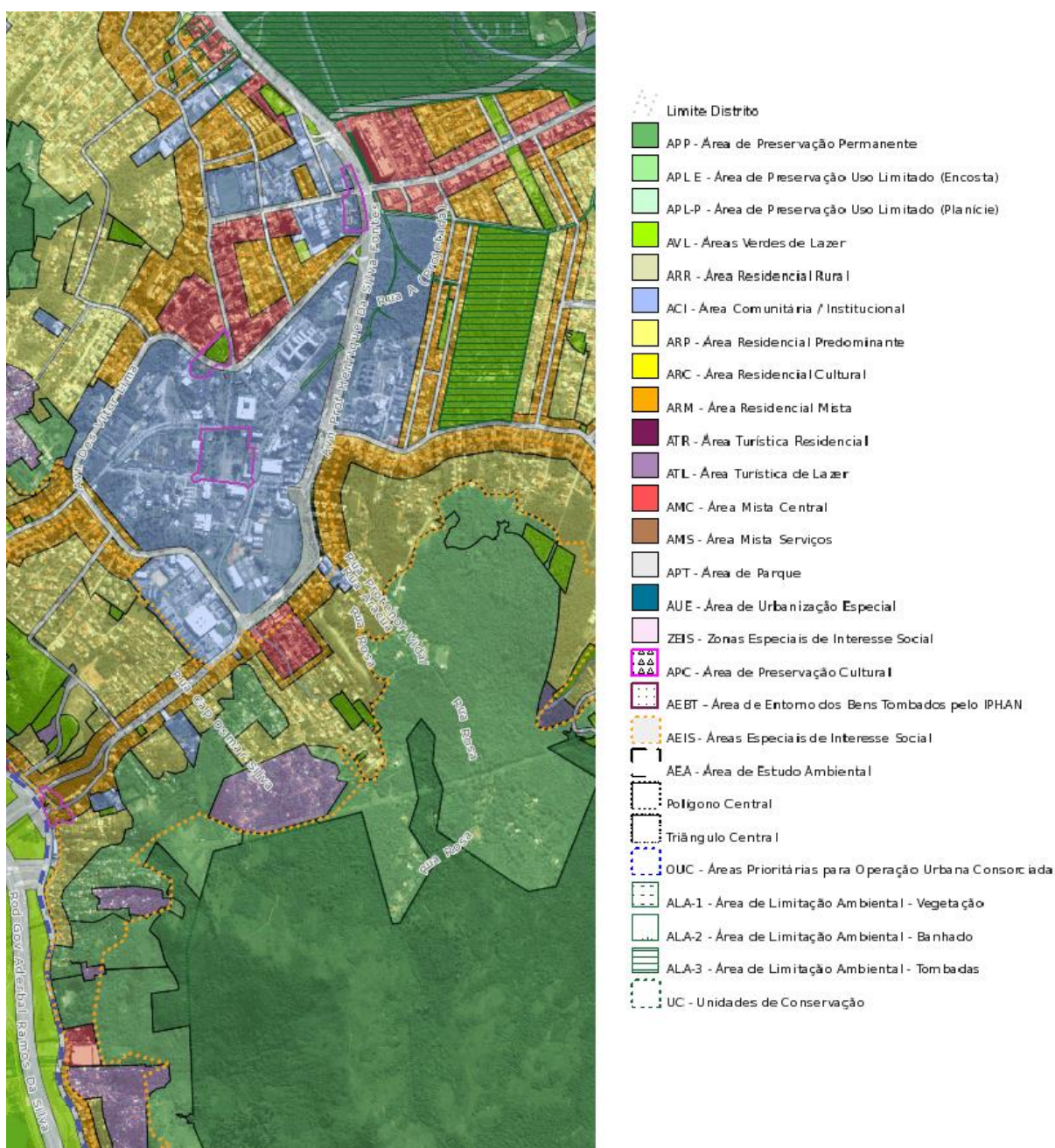


Figura 6: Zoneamento da Via. Fonte: Geoprocessamento Corporativo – Prefeitura Municipal de Florianópolis. 2016.

De acordo com a Tabela de Adequação de Uso, anexo da Lei 482/2014, as Áreas Residenciais Mistas são um tipo de zoneamento mais permissivo em relação as atividades comerciais varejistas e de produções pequeno porte ou mesmo artesanais. Restringe largamente a produção industrial e fabril e atividades comerciais de matéria-prima e serviços ligados a esse tipo de atividade econômica. Uma parte considerável do entorno da via, correspondente a área do campus, é classificada enquanto Área Comunitária Institucional, um tipo de zoneamento altamente restritivo, geralmente reservada às atividades ligadas a administração e serviços públicos.

Para caracterizarmos especificamente a via com base no Plano Diretor, remetemos a análise do Capítulo X da Lei 482/2014, que trata do Sistema Viário e Transportes do município. O primeiro artigo deste capítulo define conceitualmente cada tipo de via e arruamento de acordo com sua função e hierarquização dentro do Sistema Viário.

Art. 190. O sistema viário constante dos mapas em Anexo é caracterizado por uma rede de vias hierarquizadas, as quais devem ser obedecidas e implantadas em todos os projetos de urbanização ou ocupação e que, de acordo com suas funções e capacidades, têm as seguintes denominações: I - vias de trânsito rápido: aquelas constituídas pelas rodovias que têm a função de interligar municípios, distritos ou centros urbanos, estruturando seus respectivos sistemas viários; II - vias arteriais: aquelas que interligam setores inteiros do município, têm a função de conciliar o tráfego de passagem com o tráfego local e propiciar facilidades ao transporte coletivo; III - vias coletoras e subcoletoras: aquelas que têm a função de interligar pelo menos dois bairros da cidade coletando o tráfego das vias locais; IV - vias locais: aquelas que têm a função de coletar o tráfego do interior dos bairros e encaminhá-lo às vias coletoras. São as vias locais, conforme Anexo do Sistema Viário, que possibilitam o acesso direto aos lotes e edificações. (PMF, 2014)

De acordo com essa caracterização, o atual traçado da via é classificado enquanto coletora, ligando o bairro Saco dos Limões ao bairro Pantanal, e este aos bairros Trindade e Córrego Grande. Mais adiante no mesmo Capítulo, são preconizadas as caixas mínimas dos arruamentos a serem construídos.

Art. 192. Quanto às caixas mínimas do sistema rodoviário para novos arruamentos obedecerá aos seguintes gabaritos: I - trinta e oito metros nas Vias de trânsito rápido; II - trinta e sete metros nas Vias Arteriais; III - vinte e nove metros nas Vias Coletoras e Subcoletoras; IV - quatorze metros nas Vias Locais; V - dois metros e cinquenta centímetros nas Ciclovias; e VI - três metros nas Vias Preferencial de Pedestres. §1º Caixa da Via é a medida, em seção transversal, incluindo as pistas de rolamento, os canteiros centrais, os passeios e as ciclovias.

De acordo com o Artigo 192, após o projeto de expansão da via, sua classificação dentro do Sistema Viário irá se alterar. Segundo constam nos mapas e tabelas do Sistema Viário, a via está subdividida em cinco trechos, desempenhando funções diferentes. Conforme podemos observar na Figura 7 e Tabela 1, os trechos possuem características acentuadamente diferentes entre si, inclusive tornando-se uma Via de Trânsito Rápido em determinados pontos:

Tabela 1 – Caracterização dos trechos da via conforme Lei N° 482/2014.

SIGLA	INÍCIO	FIM	CAIXA	N° DA SEÇÃO TRANSVERSAL	CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A CAIXA
CI-024(2)	Saco dos Limões	Rua Pedro Vieira Vidal	14 m	59	Local
CI-024(3)	Saco dos Limões	Rua Pedro Vieira Vidal	17 m	60	Local
CI-024(1)	Rua Pedro Vieira Vidal	Rótula Eletrosul	29,5 m	69	Coletora
AI-001(6)	Rótula Eletrosul	Rótula Eletrosul	250,5 m	21	Trânsito Rápido
AI-001(5)	Entrada do Campus	Entrada Córrego Grande	241,5 m	20	Trânsito Rápido

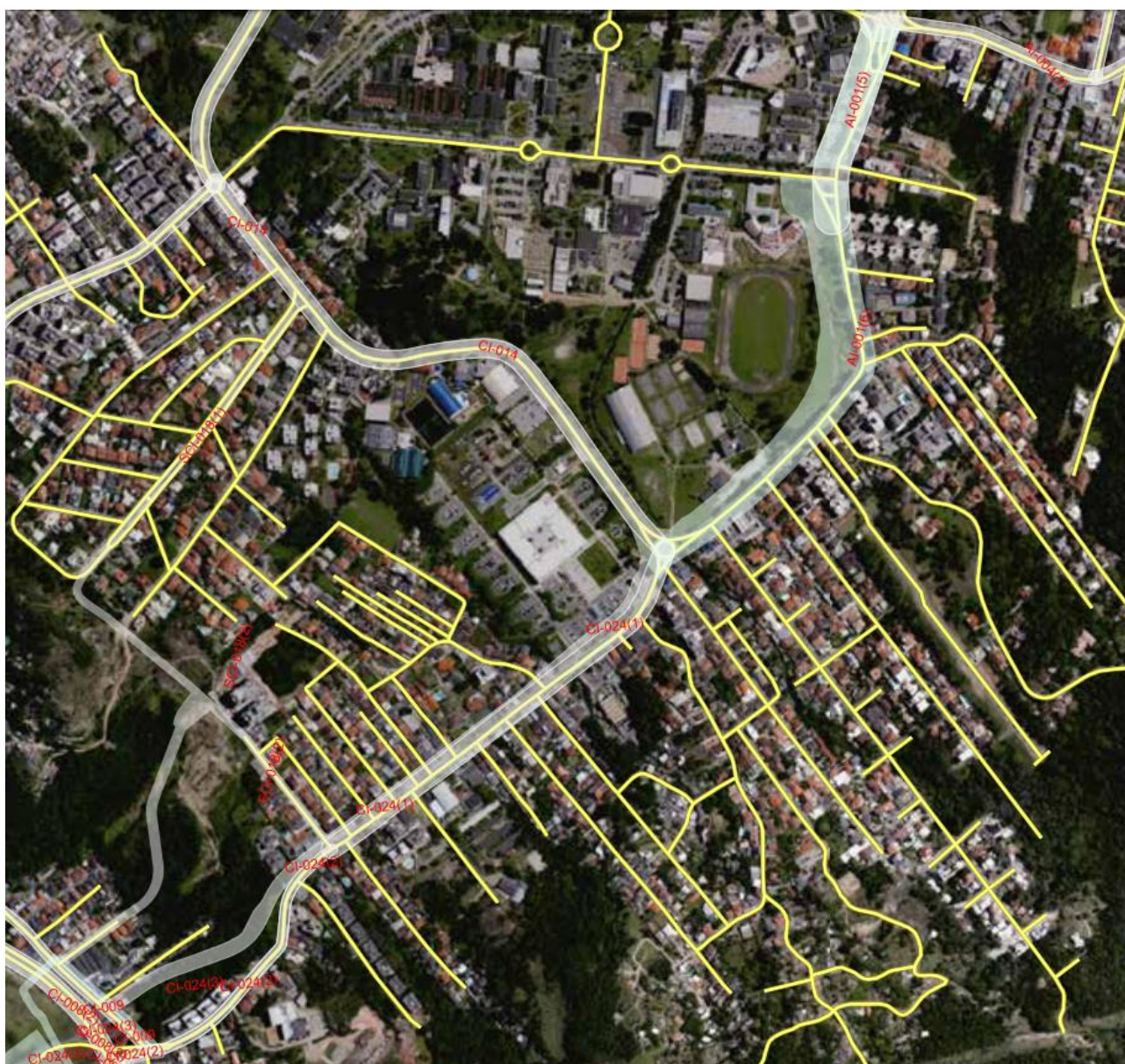


Figura 7: Trechos da via conforme Sistema Viário. Fonte: Lei N°482/2014 – Prefeitura Municipal de Florianópolis.

3 – PLANOS

Foram apresentados diferentes projetos de expansão para a rua, cada qual propondo formas diferentes de maximizar a capacidade de fluxo e resolver os problemas relativos aos grandes engarrafamentos. Apresentarei os principais pontos dos projetos já apresentados à municipalidade para a reforma da rua.

3.1 – O primeiro plano a pensar ao sul da cidade

Analisar os projetos de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira exige que tenhamos em mente que existe um histórico de disputas sobre tal via, história essa que se confunde com a história do desenvolvimento das legislações urbanas da região, expressa regularmente na figura dos planos diretores. Assim, para que possamos compreender a complexidade desta obra, é necessário traçarmos um panorama dos diferentes planos diretores que influíram sobre o futuro da rua.

O primeiro Plano Diretor de Florianópolis⁶, que começou a ser elaborado em 1952 e foi oficializado em 1955 foi o primeiro a, de alguma forma, fazer apontamentos sobre elementos, hoje, centrais à Rua, no caso, a Via Expressa Sul e a Universidade. O projeto elaborado por Paiva, Ribeiro e Graeff concentrava-se na região central e urbana do município, envolvendo a parte insular sul e continental norte enquanto grandes setores destinados à instalação de aparelhos urbanos. O projeto teve forte inspiração modernista no que tange aos elementos arquitetônicos e rodoviários. Neste plano, a Cidade Universitária estaria localizada na porção sul da orla central da ilha, sobre um aterro no qual também estaria instalado o Centro Cívico. A via rodoviária que executaria a ligação entre a região continental, central e sul é a chamada Avenida Tronco, elemento crucial do projeto:

A proposta viária está baseada na implantação de um eixo viário, a Avenida Tronco, que iniciaria no continente e terminaria no aterro do Largo Treze de Maio, na baía sul da ilha. Ela teria a função de elemento de ligação entre o continente e a ilha e teria papel estruturante na disposição dos principais equipamentos públicos propostos. Para a sua construção os autores estão propondo um aterro na baía sul da península central. (SOUZA, 2010, p.87)

6

Lei Municipal nº 246/1955

Na região insular, em termos rodoviários, duas grandes obras deveriam ser executadas: a porção sul da Avenida Tronco e também uma outra avenida na orla da parte norte da península central, então Praia de Fora, também instalada sobre um aterro a ser construído. Estas estariam interligadas a leste, de maneira a estabelecer um anel viário no centro. Essas vias seriam, respectivamente, a Via Expressa Sul, a Avenida Beira Mar Norte e Avenida Mauro Ramos, esta última já existente. A despeito do fato da Via Tronco ser considerada prioritária pelo plano, de praticamente todos os elementos preconizados pelo projeto, somente a Avenida Beira Mar Norte foi de fato executada. As linhas gerais do projeto podem ser observadas na Figura 7:



Figura 8: Croqui PD de 1955. Fonte: PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF. 1952.

A relevância deste Plano Diretor para nosso objeto concentra-se principalmente no planejamento acerca de uma via de acesso rápido à Universidade, papel hoje desempenhado pela própria Edu Vieira. É interessante frisar o fato de que esse plano foi elaborado, conforme anteriormente citado, à luz dos debates acerca da localização final do campus da Universidade e após a apropriação do Estado das terras comunais a ele destinadas.

O Plano Diretor de Florianópolis foi vigente até 1976, portanto, perdurou por mais de duas décadas. Apesar disto, conforme dito, pouco ou praticamente nada do que foi projeto foi levado a cabo. Ele foi substituído pelo Plano Diretor Integrado para a Região Metropolitana de Florianópolis:

Os trabalhos foram realizados pelo Escritório de Planejamento Integrado, coordenado pelo arquiteto Luís Felipe da Gama Lobo D'êça, tendo sido orientado nacionalmente pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão federal com competência de formular e coordenar um sistema nacional de Planejamento Urbano. (REIS, 2012, p.173).

3.2 – O plano regionalizado

O Plano Diretor Integrado, como ficou conhecido, foi um plano de proporções muito maiores do que o seu antecessor, pois envolvia demais municípios adjacentes à Capital. Preconizava a integração rodoviária desta região com a malha viária Estadual e Federal pré-existente. Para Florianópolis, especificamente, propõem dois grandes eixos de expansão, um ao longo da BR-101 e outro na região sul da cidade, o chamado Setor Oceânico Turístico, que se estenderia desde a Praia da Joaquina, no leste da cidade, até a região do aeroporto, englobando toda a planície do Campeche.

O Plano Diretor de 1955, apesar de na prática, não ter se consolidado, muitos dos conceitos lá aplicados reverberam no novo Plano Integrado. O caráter rodoviarista, desenvolvimentista, modernista e tecnocrata permanecem presentes. A ideia da divisão do zoneamento por setores, como no caso do Campeche, é um exemplo desta herança, orientada por elementos arquitetônicos modernista, com “*configuração verticalizada a partir de torres isoladas, nos moldes do plano da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro*” (REIS, 2012, p. 173). Outro elemento estruturante que permanece é a relevância do sistema rodoviário. Neste plano, a ideia de criar uma via de circulação rápida para as regiões sul e leste da cidade se traduz enquanto a projeção da Via Expressa Sul, instalada sobre aterro, a ser acessada por meio do Túnel do Morro do Penhasco (atual Túnel Antonieta de Barros), principalmente por aqueles que adentram à cidade pela nova ponte, vindos da região continental utilizando-se do acesso à BR-101.

Ao que tange ao nosso objeto, novamente nos deparamos com a construção de uma via expressa que forneça acesso a região sul e, por consequência, ao agora já pronto *campus* da Universidade. Aqui, novamente, a construção da Via Expressa Sul também é tratada de forma prioritária. Porém, por mais uma vez, essa obra será solapada por outras menos prioritárias em termos de planejamento urbano, mas que despertava um maior interesse à especulação imobiliária e às elites locais. Assim, foi construída a chamada Via de Contorno Norte-Ilha, prolongamento da Avenida Beira Mar Norte até o *campus* universitário. Conforme aponta Maria Inês Sugai:

O acesso do centro da cidade à região do *campus* da UFSC, na Trindade, podia ser efetuado por dois percursos: a) pelo contorno norte do Morro da Cruz, através do bairro Agrônômica; b) pelo contorno sul, através do bairro Saco dos Limões, por ser menor e mais rápido, apresentava, na época, o maior fluxo de veículos. (...) Em função das determinações destes planos, que definiam prioridade para a execução da Via Expressa Sul, havia o entendimento de que o acesso do centro da cidade para o campus universitário seria efetuado primeiramente pelo lado sul, através de uma derivação da via expressa. (SUGAI, 1994, p.129).

A inversão de prioridade na obra a ser executada fica determinada de forma objetiva no Edital de Concorrência Nº. 20/75 que, conforme destaca Maria Inês Sugai, preconiza: “4. A Via de Contorno Norte será a primeira a ser executada, devendo, para as estimativas de tráfego futuro, ser utilizado o ano meta inicial de 1978 para a Via de Contorno Norte e o ano meta inicial de 1981 para a Via Expressa Sul” (IDEM, p. 132).

Este mesmo edital exige a execução de um Estudo de Tráfego que abrangesse as principais localidades afetadas pelas pretendidas obras. Este estudo foi elaborado e entregue pela empresa vencedora da concorrência pública, COPAVEL S/A, em 1976, e apresentou resultados que contrariavam a lógica de priorização do acesso ao *campus* universitário pelo contorno norte, demonstrando que a alternativa pelo Sul apresentava à época um maior fluxo de autos (praticamente o dobro do fluxo), em menor tempo (redução de aproximadamente 30% do tempo médio gasto):

Em relação ao fluxo de veículos atraídos para a região do campus universitário, os estudos de tráfego indicavam que os veículos que se dirigiam para o campus pelo lado norte, através da Rua Lauro Linhares, representavam um Valor Diário Médio de 3.907 veículos (...) Os veículos que se dirigiam ao campus pelo lado sul, passando pelo Saco dos Limões (...) representava um total VDM de 6.628 veículos (...) O tempo médio gasto pelos automóveis entre a cabeceira da Ponte Hercílio Luz e o campus, pelo contorno norte, era de 13 minutos e 45 segundos, enquanto que o tempo médio dos automóveis entre a cabeceira da Ponte Colombo Salles e o campus pelo contorno sul era de 9 minutos e 45 segundos. (IDEM, p.135).

Existe um segundo elemento conflitante entre as fixações estabelecidas pelo Edital N° 20/75 e os estudos elaborados pela COPAVEL S/A que é digno de atenção, pois refere-se justamente ao trecho de acesso sul ao campus, papel este hoje desempenhado pela Rua Antônio Edu Vieira. A intenção de construção do acesso principal ao campus através do trecho norte, como vimos anteriormente, já estava definida enquanto obra prioritária. Sobre o trecho de acesso sul, portanto, prolongamento da Via Expressa Sul, o Edital determina:

A Via Expressa Sul, que possibilita a ligação do Aterro da Baía Sul, pelo contorno de José Mendes, até o Saco dos Limões e Pantanal e daí para o leste e sul da Ilha, com derivação para o campus universitário e o Aeroporto, não necessita, a partir do Saco dos Limões, das mesmas medidas que o trecho anterior, por atender a áreas com menor solicitação de tráfego. (SUGAI, 1994, p. 132).

Conforme já citado, os estudos elaborados pela empresa vencedora da concorrência pública demonstram que, quando se tratando do destino campus universitário, o caminho pelo trecho sul não só possuía maior fluxo de veículos, como também era o mais rápido a ser percorrido. Não obstante, no Estudo de Tráfego, a empresa COPAVEL S/A contradiz a determinação do Edital ao tratar o acesso sul ao campus enquanto também via expressa, e não somente até a região do Saco dos Limões:

Levando em conta as indicações fornecidas pelo DER-SC para a rodovia, partiu-se da hipótese de tratá-la como expressa desde seu trecho inicial na Ponte Colombo Salles até o Pantanal e daí até a Cidade Universitária, e, do Pantanal para o Campeche e a derivação para o Aeroporto em pista simples, impondo-se o acostamento plano (...). (Estudo de Tráfego, 1976, p. 303 em SUGAI, 1994, p. 137)

O que queremos aqui explicitar é o fato de que a ideia de melhorar o acesso rodoviário ao campus universitário, pela porção sul da cidade, não exatamente uma novidade. Conforme demonstramos, o Plano Diretor Integrado inclusive considera, já em 1976, a derivação da futura Via Expressa Sul para o campus enquanto via expressa também. Obviamente, isso perpassaria pela modificação da capacidade de fluxo da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. No entanto, essa intenção anterior de expansão da via foi solapada pela construção da Via de Contorno Norte-Ilha, atendendo aos anseios das elites locais em relação às melhorias de infraestrutura de transporte e equipamentos públicos nas áreas de concentração de suas posses, no caso, a região norte da península central e balneários também ao norte, regiões essas hoje que são notoriamente ocupadas

por populações de alta renda.

De forma semelhante ao seu antecessor, o Plano Diretor Integrado nunca foi integralizado, tendo, porém, avançado substancialmente mais do que o plano diretor da década de 50. Diversas obras previstas foram executadas, principalmente no setor rodoviário: BR-101, SC-401, SC-405, Via de Contorno Norte-Ilha, etc. Sua tramitação na Câmara de Vereadores em 1970, sendo aprovado seis anos após.

3.3 – A era IPUF: Plano dos Balneários e o Plano Campeche

No ano de 1977, um ano após a aprovação final do texto do Plano Diretor Integrado, foi criado o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, IPUF, órgão municipal criado para tratar de alterações pós Plano Diretor Integrado. Os planos elaborados na era IPUF foram de menor proporção que o PDI, sendo o primeiro o Plano Diretor para o Distrito Sede⁷, que alterava zoneamentos e traçados urbanos no centro e bairros adjacentes, foi apresentado em 1982, ficando conhecido como “Plano da Trindade”, pois foi aplicado tão somente para essa região mais próxima ao centro da cidade. Foi um plano polêmico, que sofreu diversas alterações do texto original, permanecendo vigente até o ano de 1997:

A partir de 1985 o Plano Diretor do Distrito Sede sofreu uma série de alterações sucessivas, tendo sido encaminhado e retirado da Câmara Municipal para reavaliação e atualização pelo executivo nas diferentes administrações que se sucederam. Com a defasagem do plano em vigor e a realidade das exigências da cidade, principalmente do setor imobiliário, a Câmara Municipal passou a aprovar uma série de leis esparsas, que não chegaram a constituir um Plano ou um projeto de conjunto que consolidasse unidade ao Planejamento Urbano. Somente em 1997 foi aprovado pela Câmara Municipal um novo projeto de lei de Plano Diretor (...). (REIS, 2012, p. 175, 176).

Além do “Plano da Trindade”, O IPUF também apresentou, em meados da década de 80, um outro Plano Diretor, desta vez, contemplando a totalidade da extensão territorial do município, o “Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina”⁸. O Plano de Balneários propõe uma readequação dos zoneamentos e legislações urbanas, buscando uma acentuação do uso do potencial comercial do turismo no município:

⁷

Lei Municipal N° 1.851/1982

⁸

Lei Municipal N° 2.193/85

Para tal, o Plano Diretor dos Balneários propôs a criação de zonas específicas (Áreas Turístico Residenciais, ATR e Áreas Turísticas Exclusivas, ATE), espalhadas pela orla, onde foi incentivada a instalação de hotéis e equipamentos turísticos (...) Reconhecendo a vocação turística do interior insular, o plano diagnostica, também, a decadência das atividades tradicionalmente aí desenvolvidas, defendendo a necessidade de compatibilizar o turismo com o desenvolvimento da agricultura e da pesca tradicionais. (IDEM, p. 179.)

O rezonamento promovido pelo Plano Diretor dos Balneários incentiva a ocupação do interior da Ilha e de suas orlas por empreendimentos e instalações turísticas e tenta, contraditoriamente, coadunar esses interesses à manutenção das atividades tradicionais. Segundo Reis, essa postura ira reverter-se em:

(...) Zoneamento de grandes extensões territoriais como áreas não urbanas, reservada para usos rurais (Área de Exploração Rural – AER). Essas áreas, além do objetivo de propiciar a continuidade das atividades tradicionais, foram propostas visando também conter a expansão 'desordenada' dos usos urbanos e turísticos, processo em franco andamento naquele momento. Com a acessibilidade melhorada e sujeita a enormes pressões imobiliárias, a ocupação dessas áreas não foi contida por essa estratégia, levando à sua ocupação de forma clandestina a partir do loteamento sucessivo de suas glebas coloniais. Este processo, que ocorreu por toda Ilha, foi particularmente violento nas grandes planícies insulares, Campeche e Rio Vermelho. (REIS, 2012, p. 180).

Demonstramos os sucessivos debates acerca das formas de expansão ocorridas na porção sul da cidade, em especial, na planície do Campeche, pois a construção da Via Expressa Sul está também atrelada a esse condicionante. Conforme vimos, o processo de especulação imobiliária e de posses territoriais influenciou a execução de diversas obras públicas de grande impacto ao longo da história do planejamento urbano do município. O fato da planície do Campeche constituir-se nos planos municipais de longa data, enquanto uma área de expansão planejada, remete à execução da Via Expressa Sul, vindo a constituir-se principal acesso a tal região. A execução da Via Expressa Sul, conforme também revisado, implica também numa readequação do acesso ao campus universitário, e é nesse ponto de intersecção dos diferentes planos e projetos que se manifesta nosso interesse, no caso, a Rua Deputado Antônio Edu Vieira.

É neste sentido que detém singular relevância a análise do “Plano de Desenvolvimento Entremares para a Planície do Campeche”, desenvolvido pelo IPUF no período compreendido entre 1992 e 1997, que reforça a determinação municipal de desenvolvimentismo desenfreado para a localidade, o que certamente, a julgar pela proporção deste projeto, implicaria em uma considerável ampliação do sistema rodoviário de acesso ao Campeche, traduzida enquanto a execução da Via Expressa Sul. Eis aqui a relevância deste plano para nosso tema central: para além de uma nova

legislação que remeta a Rua Deputado Edu Vieira, deste processo depreende-se também a questão da participação da comunidade local. Reis aponta que desde os primórdios do IPUF a participação se configura enquanto um paradigma no planejamento urbano municipal, mas é somente a partir do Plano Entremares é que esse paradigma é expresso em sua plenitude:

Desde a criação do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), em 1977, a "participação comunitária" se colocou como novo paradigma de planejamento urbano. Essa postura expressa movimento já existe a nível nacional, resultado da crítica ao modelo preconizado pela SERFHAU, em seus aspectos centralizadores e tecnocráticos. O caso de Florianópolis evidencia fragilidades que se expressam, principalmente, na forma em que acontece essa participação, muitas vezes utilizada tão somente para legitimar propostas fechadas. (REIS, 2012, p. 176).

O caso do Plano de Desenvolvimento Entremares para a Planície do Campeche é um marco expressivo quando nos referimos a questão da participação popular na construção das políticas públicas urbanas em Florianópolis. É a partir deste plano diretor que se inicia um ciclo intenso de disputas e lutas sociais pelo futuro da cidade, no qual as comunidades organizadas e movimentos sociais da cidade acumularão uma vasta experiência de organização, ação e enfrentamento das diretrizes impostas pela municipalidade. É necessário, porém, esclarecer que a resistência ao modelo desenvolvimentista, de turismo predatórios e de agressão ao meio ambiente remontam a um período anterior ao Plano Entremares. É durante esse período que essas resistências se amplificam, como demonstra a fala do líder comunitário do Campeche, Ataíde Silva:

[...] Com estas palavras Ataíde Silva, presidente da Associação do Surf do Campeche [...] O sinal de alerta tornou-se a alarmar quando a invasão das dunas começou em larga escala. 'A grande invasão das dunas do Campeche começou entre 1979 e 1980', quando um empreendimento turístico transferiu os barracos e continuou a destruição para construir um hotel sobre as dunas em Morro das Pedras, em 1981. A essa devastação seguiu-se o desmatamento e destruição das dunas para a construção de um condomínio, propriedade de uma das famílias possuidoras de terras na região, entre 1984 e 1986. 'O fato é que, a partir dessa época, de 1979 em diante, começou a luta mais decidida da comunidade, encabeçada pelos surfistas, contra a invasão das dunas e pela preservação do meio ambiente'. (TIRELLI, BURGOS E BARBOSA, 2007, p.16).

Esse processo de disputa produziu atos e conquistas verdadeiramente notáveis. Entre os anos de 1992 e 1997, a elaboração e tramitação do "Plano de Desenvolvimento Entremares para a

Planície do Campeche” foi o centro gravitacional dos movimentos comunitários da cidade⁹, que buscavam alternativas ao proposto do poder público: “Para uma área de 50 km² é prevista uma população de cerca de 450.000 pessoas (...) configurando uma cidade nova baseada no turismo e em indústrias limpas – parques tecnológicos, campus universitário, autódromo, shopping centers” (REIS, 2012, p.185). Diversas entidades comunitárias da região se mobilizaram ao longo de cinco anos contra tal proposição, culminando na elaboração de um Plano Diretor Comunitário:

No ano de 1997 (...) acontece um evento que marcará a história posterior do planejamento participativo da cidade: o recentemente formado Movimento Campeche Qualidade de Vida (...) organizou no mês de outubro o 1 Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche, no qual, (...) a comunidade decidiu pela recusa do Plano Diretor oficial e inicia um original processo de planejamento autônomo que culminará com a elaboração do chamado Plano Comunitário para a Planície do Campeche – Proposta para um desenvolvimento sustentável, apresentado na Câmara de vereadores, em março de 2000, como substitutivo global do projeto oficial. (BURGOS, 2015, p. 7)

O fato do movimento comunitário ter produzido um documento desta envergadura demonstra um alto grau de coesão e maturidade da mobilização de seus participantes, além da tramitação de dois planos simultaneamente na Câmara municipal “representarem política e simbolicamente, dois projetos de cidade em disputa” (Id, p. 7).

A partir do ano 2001, houve uma substancial mudança na legislação urbana brasileira de âmbito federal, que tem como suas principais expressões a criação do Estatuto da Cidade do Ministério das Cidades¹⁰, em 2003. Sob determinação do segundo e orientação e coordenação do primeiro, todos os municípios brasileiros com mais de vinte mil habitantes deveriam elaborar um Plano Diretor Participativo, reforçando a necessidade e obrigação da participação comunitária na elaboração do documento, com prazo final de entrega em cinco anos após publicação da lei. Neste sentido, o Estatuto da Cidade dá ainda mais fôlego aos movimentos organizados da sociedade para exercerem seu direito à participação.

O Fórum da Cidade também foi uma experiência importante de participação e protagonismo popular no histórico de disputa pela cidade e criou um espaço de debate amplo sobre temas diversos que se relacionam diretamente com o fenômeno urbano, como meio ambiente, mobilidade e

⁹

O processo de disputa deflagrado entre o Poder Público e os movimentos comunitários sobre a Planície do Campeche está amplamente relatado e documentado em TIRELLI, BURGOS, BARBOSA, 2007.

¹⁰

MP N° 103, de 01 de janeiro de 2003.

moradia, além da legislação urbana ¹¹. As mobilizações em torno do Fórum da Cidade ocorreram como fruto da experiência e maturidade do movimento comunitário da cidade, mas encontraram também incentivo na promulgação do Estatuto da Cidade. As diversas reuniões e encontros realizados neste âmbito foram capazes de concentrar muitos movimentos comunitários e entidades da cidade, fomentando e preparando as atividades a serem desenvolvidas na construção do Plano Diretor aos moldes previstos pelo Ministério da Cidade, como por exemplo a Conferência da Cidade ¹². A realização da Conferência da Cidade também constitui um capítulo importante das conquistas produzidas pela mobilização popular. Após a convocação da Conferência da Cidade pela Prefeitura, o Fórum da Cidade interpelou em diversas instâncias, demonstrando irregularidades na elaboração do encontro, especialmente em relação ao princípio de ampla e irrestrita participação, postulado pela convocação nacional do processo de Conferências das Cidades. Esta polêmica conferência realizou-se em agosto de 2003, porém, a ala crítica da condução do processo abandonou a reunião, decidindo pelo pedido de impugnação da Conferência junto a Comissão Preparatória Estadual. O pedido foi aceito e a anulou a Conferência:

Diante do fato, o Fórum da Cidade encabeçou a convocação do que denominou 1º Conferência Municipal Democrática da Cidade de Florianópolis, homologada pela Comissão Preparatória Estadual e realizada nos dias 12 e 13 de setembro de 2003. Mais uma vez, observa-se a emergência da dimensão estatal no movimento social, na afirmação de uma autonomia forte que desafia o poder público e lhe disputa a legitimidade. (BURGOS, 2007, p.15)

No entanto, o processo formal de construção do Plano Diretor somente foi deflagrado pela Prefeitura em 2006, através do decreto N° 4215/2006, já em vias do encerramento do prazo fixado pelo Ministério das Cidades. Foram então elaboradas as propostas de constituição do Núcleo Gestor Municipal e dos Núcleos Distritais, instâncias de organização e condução dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor. Daí em diante, uma nova etapa de disputas é iniciada, agora propriamente no âmbito da elaboração da legislação urbana na figura do Plano Diretor.

No fim de 2007 e início de 2008, o processo de participação popular é freado pela

11

O Fórum da Cidade é uma tentativa de articulação permanente que teve início em 2001. Desempenhou um papel fundamental nas mobilizações comunitárias de Florianópolis. Reuniu em suas plenárias diversas entidades, movimentos sociais, pesquisadores, ativistas e cidadãos.

12

Com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, deu-se início a uma campanha a nível nacional pela elaboração dos Planos Diretores. Esta campanha foi estruturada em torno de diversas ações de mobilização das gestões estaduais e municipais e das populações locais para a formação dos Conselhos estaduais e municipais, nas quais deveriam ser indicados os delegados para a 1ª Conferência Nacional das Cidades.

Prefeitura, em parte pela alegada impossibilidade de atuação durante o período eleitoral, e em parte pelo fim das chamadas leituras comunitárias, etapa de discussões preconizada pelo Ministério das

¹³ Cidades . Após a apresentação da Prefeitura das chamadas diretrizes para a elaboração do PDP, fica claro para os movimentos comunitários que se aproximava o fim da etapa participativa. Esta suspensão unilateral por parte da Prefeitura foi acompanhada também da contratação de uma empresa privada para a elaboração do Plano, colocando em sério risco todo o trabalho produzido no âmbito das leituras comunitárias. Não obstante, o movimento comunitário mais uma vez se mobiliza em alto nível para garantir seu direito à participação, por meio da constituição no Núcleo Gestor Autoconvocado:

Várias das representações populares recorrem, mais uma vez, à recuperação da soberania e produzem, na forma do regimento interno do Núcleo Gestor Municipal, a autoconvocação da coordenação do processo participativo (...) e decide a busca da intervenção do Ministério Público para mediar uma saída para o impasse. (BURGOS, 2015, p. 9).

Na sequência deste embate, a Prefeitura, acreditando na desmobilização provocada pelo período de congelamento das atividades do Núcleo Gestor, dá início ao fim do processo de elaboração do Plano Diretor. Assim, convoca para dia 18 de março de 2010 uma audiência pública a ser realizada no TAC ¹⁴, para a apresentação final dos resultados do Plano Diretor encomendado. No entanto, por mais uma vez, os movimentos comunitários demonstraram sua força e impediram a realização da audiência pública, num episódio que ficou conhecido como “Revolta do TAC”

A cada tentativa do mestre de cerimônias de organizar o evento, as vozes se levantavam mais e mais e, por fim, o palco foi tomado pela plateia. Ela simplesmente não aceitou a peça escrita entre quatro paredes. (...) Definitivamente, a forma do espaço do TAC se mostrou inadequado para o evento que a população exigia. Ela não se conduziu segundo as regras do teatro italiano, isto é, no escuro e em silêncio. Ela queria... participar. (ISHIDA in PERES, 2013, p. 30).

As experiências participativas aqui mencionadas, o Plano Diretor Comunitário do Campeche, o Fórum da Cidade, o Núcleo Gestor Autoconvocado e a Revolta do TAC, tem por objetivo demonstrar que o movimento comunitário da cidade possui uma consolidada história de

¹³

O Ministério das Cidades produziu duas publicações aonde estão descritos os procedimentos e etapas para o fortalecimento das novas políticas urbanas arroladas no estatuto da Cidade. Constituem um rico material de consulta.

¹⁴

O Teatro Álvares de Carvalho foi inaugurado em 1871 e situa-se no centro da cidade. Possui lotação de 345 lugares, segundo seu site oficial. A ata produzida na “Revolta do TAC” foi assinada por mais de 500 pessoas.

atuação e luta pelo direito à cidade. Ao nos lançarmos na tentativa de análise do embate deflagrado pelo projeto de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, é necessário contextualizá-lo neste longo e árduo histórico. Não é uma disputa que está destacada ou é incipiente. Pelo contrário, está inserida num processo de maiores proporções.

4 – PROJETOS

Tratamos nesta seção, demonstrar um histórico do desenvolvimento e amadurecimento do processo participativo em relação ao planejamento urbano da cidade. Isso para podermos contextualizar em qual ambiente se deram as discussões e propostas de ampliação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. Tratamos também de mencionar as diversas legislações urbanas que já vigoraram no município e que de forma ou outra se aplicaram, ou assim pretenderam, sobre tal. Neste momento, trataremos de abordar de forma mais específica os projetos já propostos para a obra em si, ou seja, analisar as especificidades de cada projeto e, conseqüentemente, as legislações em que se apoiam.

Nesta análise, tanto do desenrolar do processo participativo quanto das leis pertinentes ao caso, destacam-se dois elementos centrais no desenvolvimento desta trama, a saber, a Universidade e a Comunidade, excetuando-se no caso a Prefeitura Municipal, por tratar-se de requerente e executora da obra. Iremos ver adiante que, em diferentes momentos, o protagonismo da participação no planejamento do futuro da via oscila entre esses dois elementos, por vezes de forma consensual, por outras não. Independente da especificidade do projeto apresentado, podemos de antemão compreender que o impacto de qualquer obra de ampliação da via trará um alto impacto na atual dinâmica socioespacial do bairro. No caso, a desapropriação de diversas casas e comércio é necessário para o alargamento do trecho de ligação a Via Expressa Sul, e de cessão de grande área do campus para alargamento do trecho de Ligação a Via de Contorno Norte. Assim, como evidenciaremos, ambos elementos adentram em disputa com a Prefeitura Municipal na tentativa de proteger seus interesses e zelar por um projeto à altura do ônus imediato que tal obra apresenta.

O Plano Diretor de 1997 propõem a conexão da Avenida de Contorno Norte com a Via Expressa Sul por meio de expansão da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. Essa intervenção, conforme constante no plano, contaria com trecho de via com 52 metros de largura e com uma desapropriação de mais de trinta e cinco mil metros quadrados do campus¹⁵. Concomitantemente ao processo de elaboração de aprovação do Plano Diretor, estava também sendo debatido na UFSC a questão do Plano Diretor para o Campus Trindade. No ano de 1996, foi criada a Comissão Permanente de Planejamento Físico da UFSC – CPPF. Tal comissão, em contraposição ao plano

15

Conforme Análise produzida pela CPPF. (UFSC, 1996)

municipal, que previa um alargamento de superfície da via no trecho compreendido entre a entrada do Córrego Grande até a rótula da Eletrosul, produz um estudo de ampliação da via, no qual é proposto o entrincheiramento da via, ou seja, faixa subterrâneas que concentrariam o fluxo de passagem, e deixasse a via superfície livre para trânsito local. Essa proposta foi formalizada à Reitoria que, por sua vez, a repassou para apreciação do Município. Conforme rememora o Estudo Técnico produzido pela CETMU:

Com base nessa proposta da CPPF, com o debate na UFSC e com a intensa mobilização das comunidades do Pantanal, passou-se a questionar o que constava nos planos diretores do uso do solo (...) aonde aparecia a proposta de conexão entre as Vias de Contorno Norte e a Via Expressa Sul, passando pela Bacia do Itacorubi. Essa via, com as dimensões definidas nos respectivos planos possivelmente causaria enorme impacto local, cortando o bairro Pantanal, que receberia todo o fluxo veicular, principalmente de automóveis, pela Rua Deputado Antônio Edu Vieira. (UFSC, CETMU, 2013, p. 8, 9).

Após a criação da proposta de ampliação por entrincheiramento da via, inicia-se um primeiro ciclo de debates entre Comunidade, Prefeitura e Universidade. Em substituição ao projeto constante no Plano Diretor, no ano 2000, a Prefeitura apresenta publicamente uma alternativa, na qual a via passaria a ter 30 metros de largura e um túnel que realizasse a conexão da rua com a Expressa Sul. Tal proposta também não obteve consenso perante a comunidade do bairro Pantanal. Nesse mesmo ano é então realizada uma Audiência Pública, na qual é realizada uma votação acerca do ponto de maior discordância do projeto, a largura da via. A comunidade tirou a proposta de uma largura de 20 metros, e um outro grupo da comunidade, uma proposta de 24 metros de largura. A Prefeitura manteve os já propostos 30 metros. Com votação rachada por parte da comunidade entre suas próprias propostas, vence em votação a proposta da municipalidade. Essa proposta se torna oficial através da Lei Municipal Complementar N° 088/2001, na qual consta a largura de 30 metros e via rebaixada. Conforme documento do CETMU:

Dando sequência aos encaminhamentos, o município apresentou a proposta, como Projeto de Lei à Câmara Municipal, com a previsão da construção de um túnel ligando a UFSC ao Aterro da Via Expressa Sul, com três faixas de tráfego em cada sentido, o que, após votação, resultou na Lei Complementar n° 088/2001 e que ficou assim redigido: 'Art. 4° – O trecho das vias PI-1(5) e PI-1(6), compreendido entre a via PI-4 (Rua João Pio Duarte e Silva) e CI-14 (Avenida César Seara), será executado com as pistas rebaixadas de forma a permitir a cobertura de alguns trechos para diminuir o impacto ambiental da via no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, conforme definição de conceito e projeto final de engenharia a ser detalhado pelo IPUF' (UFSC, CETMU, 2013, p. 9).

No ano de 2005, é publicado o documento “Plano Diretor do Campus – Diretrizes e Proposições”¹⁷, de autoria da CPPF UFSC. Nele está mantido o traçado da Edu Vieira, no que concerne ao trecho compreendido ao campus, conforme a lei complementar: 30 metros de largura de via rebaixada. Esse documento passa por revisão no ano de 2010, quando da publicação do documento “PD-CP-2010: Revisão Conceitual, Definições Urbanísticas e Ambientais”, o qual deveria servir de subsídio para as discussões e debates acerca do plano final a ser aprovado pela reitoria.

De forma concomitante ao processo de elaboração do plano diretor do campus universitário, mais precisamente no mês de janeiro de 2009, a Prefeitura Municipal publica um edital para a “elaboração de diversos projetos finais de engenharia básica no Município”, conforme consta na capa da Licitação nº 38/2009¹⁸. Em março do mesmo ano, a empresa vencedora da concorrência, a Prosul – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. - firmou contrato¹⁹ com a Prefeitura no valor aproximado de cento e cinquenta mil reais, o qual resultou um grande projeto de engenharia para a duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira em dois volumes, projeto básico e projeto de execução. O projeto elaborado pela Prosul foi entregue em fevereiro de 2010, e nele, ao contrário do esperado, não consta o rebaixamento da via em trecho algum, estando assim em desacordo tanto com a Lei Complementar 088/2001 como quanto com o projeto elaborado pela CPPF da UFSC. O estudo elaborado prevê a duplicação da via entre o trecho compreendido entre a rótula da Eletrosul e intersecção com a Via de Contorno Norte. O trecho da via, compreendido entre a rótula da Eletrosul e intersecção com a Via Expressa Sul não seria ampliado, mas apenas sofreria alteração de sentido duplo para sentido único, no caso, sentido sul-norte. Além disso, prevê alteração da mesma natureza do trecho Eletrosul-Via Expressa Sul para a Avenida César Seara e Cap. Romualdo de Barros, mas no sentido norte-sul, executando assim um sistema binário. Para além, obras de melhoramentos das intersecções e passeios atingidos pelo projeto também estavam previstas.

Não obstante ao claro desacordo com a já citada lei que prevê rebaixamento da referida via, ou seja, a execução de uma espécie de túnel, no qual as faixas destinadas a circulação de automóveis seriam subterrâneas, e as faixas de circulação de coletivos e pedestres no nível regular,

¹⁷

“Plano Diretor do Campus – Diretrizes e Proposições” - CPPF – UFSC. 2005.

¹⁸

Disponível em

<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/transparencia/index.php?cms=consulta+processos+licitatorios&menu=7>. Acesso em 22/01/2015.

¹⁹

Contrato 2009/151 – Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/transparencia/index.php?cms=contratos&menu=8>. Acesso em 22/01/2015.

bem como às diretrizes contidas nas documentações relativas ao Plano Diretor do Campus, poucos meses após a entrega do estudo e projeto elaborado pela Prosul, a Prefeitura municipal abre um novo edital²⁰, desta vez para a execução final da obra. Este edital, conforme consta em capa, para “contratação de empresa especializada para duplicação e revitalização da Rua Deputado Antônio Edu Vieira” sofre uma alteração em outubro, prorrogando o prazo de entrega de proposta. Desta maneira, o prazo final de entrega dos projetos concorrentes é fixado para o dia nove de novembro do mesmo ano.

Às vésperas do encerramento do prazo, precisamente no dia cinco de novembro do mesmo ano, o Tribunal de Contas do Estado, TCE, em relatório elaborado em conjunto com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, MPTC, aponta diversas irregularidades no referido Edital e o suspende, estendendo prazo de quinze dias a partir da notificação para que a Prefeitura se pronuncie e promova as devidas regularizações. Dentre as várias irregularidades apontadas, destacamos uma que está em clara consonância com a problemática da cessão de área do campus – Conforme o relatório expedido pelo Conselheiro Júlio Garcia, então relator do Processo ELC 10/00690536²¹:

O processo foi novamente analisado por ambas as Inspetorias da DLC, que exararam, respectivamente, os Relatórios nº DLC-996/2010 – fls. 101-108, e DLC-943/2010 – fls. 109-120, concluindo nos seguintes termos:

3.1. Conhecer os termos do Edital de Concorrência Pública nº 631/SMAP/DLC/2010, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para duplicação e revitalização da Rua Deputado Antônio Edu Vieira - Pantanal, com valor máximo previsto de R\$ 5.792.797,46 (Cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos), e arguir as irregularidades abaixo:

3.1.1. Possibilidade de execução de obra em terreno de terceiros e/ou que não estejam sob seu domínio, o que constitui ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, art. 10, I (item 2.1 do Relatório nº 996/2010 da Inspetoria 1); (TCE SC, 2010, grifo meu).

20

Processo Licitatório nº 631/2010/PMF. Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/transparencia/index.php?cms=consulta+processos+licitatorios&menu=7>. Acesso em 25/01/2016

21

Processo ELC 10/00690536/TCE-SC. Disponível em http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Decisao/1000690536_3410708.htm. Acesso em 26/01/2016

Aqui adentramos a um dos temas que foi catalisador de uma intensa disputa de cunho político, no caso, sobre a cessão ou não de área do campus para a execução da referida obra. Esse processo, que tem seu início formal em 2010, irá se estender por mais três anos em deliberação pelo Conselho Universitário – CUn – conforme veremos a seguir.

Mesmo após a suspensão temporária do Edital de execução da obra de duplicação da via, o então Reitor da UFSC, Álvaro Toubes Prata, por meio da Portaria N° 1415/GR/2010, designa a criação de uma Comissão Mista, composta pela Prefeitura Municipal, IPUF e servidores da UFSC, com o “objetivo de analisar e apresentar propostas com vistas à melhoria do sistema viário no entorno da UFSC, em especial o alargamento de parte da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e a instalação de um sistema de escoamento binário para o fluxo de veículos”(UFSC, 2010). Esta portaria data do dia dez de novembro de dois mil e dez, ou seja, cinco dias após ao relatório do TCE/MPTC.

Em meados de dezembro, a Prefeitura Municipal formaliza à UFSC o pedido de cessão das áreas necessárias à execução da obra, ocasião em que também é disponibilizado o projeto de engenharia da mesma. Por meio do Ofício 973/2010 – GabSMO/PMF, assinado pelos então Secretário Municipal de Obras, Luiz Américo Medeiros, e vice-prefeito, João Batista Nunes, a Prefeitura Municipal justifica perante a Reitoria a solicitação. É interessante aqui notar que o elemento central desta justificativa é o sistema viário. Não houve uma maior preocupação em uma humanização da via, tampouco com a mobilidade. Trata-se tão somente de adequar a conexão do tráfego de veículos no eixo norte-sul da cidade: “Trata-se de obra fundamental para o sistema viário do município, viabilizando a conexão adequada entre a Beira Mar Norte e Beira Mar Sul. Desta forma, solicitamos o máximo empenho da UFSC para agilizar o processo de liberação das referidas áreas.” (PMF, 2010, *grifo meu*).

No início do ano de dois mil e onze, o MPTC emite um parecer²² final sobre o já referido Processo ELC 10/00690536, em consonância com o relatório anterior do Conselheiro Júlio Garcia. Este parecer foi assinado no dia nove de março do mesmo ano pelo então Procurador-Geral do MPTC, Mauro André Flores Pedrozo. Destacamos aqui alguns pontos do parecer, demonstrando que o Poder Público não buscou adequar-se aos pedidos do MPTC:

22

Parecer MPTC/605/2011. Disponível em <http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Pareceres/3460394.HTM>. Acesso em 29/01/2016

RELATÓRIO

[...]

Por meio da Decisão nº 5239/2010, o Tribunal Pleno sustou cautelarmente o procedimento licitatório, ao mesmo tempo em que concedeu prazo de 15 dias ao Responsável para apresentação de justificativas ou adoção de medidas corretivas visando à regularização do certame ou procedesse à anulação da licitação. (fls. 134/136).

Foi requerida e concedida prorrogação de prazo para manifestação do Responsável (fls. 139/142).

Em 14/12/2010, a Secretária-Geral do Tribunal, informou que o prazo anteriormente citado transcorreu sem que o Responsável se manifestasse (fl. 144).

Em 17/12/2010, a Diretoria de Controle de Licitações e Contratações, por meio do Relatório nº 1229/2010, reexamina a matéria sob os aspectos de engenharia (fls. 145/150).

Posterior a isso, a Prefeitura de Florianópolis comunicou a suspensão da concorrência (fls. 151/158).

DECISÃO

[...]

Recomendar à Unidade para que promova medidas efetivas visando inibir em casos futuros a ocorrência das irregularidades descritas no item 6.1.2 da Decisão nº 5239/2010, sob pena de multa na reincidência. (MPTC SC, 2011).

Ao dia dezessete de março daquele mesmo ano, portanto, praticamente uma semana após ao Parecer emitido pelo MPTC, no qual reafirma-se a ilegalidade do Edital de execução da obra e aponta-se o fato de a Prefeitura ser reticente sobre sua defesa, parte da Comissão Mista, no caso, os servidores da UFSC publicam um parecer²³ no qual foram apresentados os trabalhos realizados pela comissão, elencando assim um histórico de reuniões e debates com a Prefeitura Municipal. Vale notar neste material que, em diversos momentos a parte da comissão correspondente à Universidade propõe uma maior participação da comunidade junto àquele debate, inclusive por meio de Audiências Públicas. A Prefeitura também foi requerida a apresentar o projeto executivo completo da obra, bem como aprofundar estudos que não estavam contemplados, como de fluxo e capacidade. O documento se coloca a favor a da cessão da área requerida, desde que fossem atendidas ou esclarecidas diversas questões levantadas, pois estas se encontravam ausentes no

23

Relatório e Parecer. Melhoria do sistema viário no entorno da UFSC. Comissão Designada pela Portaria Nº 1415/2010. UFSC, 2011.

projeto de engenharia disponibilizado pelo município.

Em abril, a UFSC comunica a Prefeitura Municipal acerca do resultado obtido pela Comissão Mista, por meio do Ofício n° 235/2011/GR²⁴ :

[...]

2-Conforme apresentado no referido documento, em um primeiro momento a Universidade manifesta-se favoravelmente à cessão do terreno solicitado para o alargamento da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. A seguir, para que possamos avançar com os procedimentos internos da Instituição, é necessário ter da Prefeitura Municipal de Florianópolis a concordância em atender às condicionantes apresentadas no presente relatório. (UFSC, 2011).

Em resposta, a Prefeitura Municipal expede novo Ofício²⁵ para o Gabinete da Reitoria, no qual trata de esclarecer os apontamentos que foram efetuadas pela Universidade. No entanto, conforme excelente análise efetuada pelo então Segundo Relator de Vistas do processo que tratou da cessão, o servidor técnico administrativo em educação e Conselheiro Universitário Hélio Rodak de Quadros Júnior, a municipalidade foi extremamente reticente e vaga em diversos pontos, a seguir:

[...]

No âmbito dos *pontos a esclarecer*, destacou o **requerente**:

b) Sobre os **estudos**:

i. **De fluxo viário e de origem destino das viagens na região**: afirmou-se ter sido apresentado no ano de 2003, quando do projeto completo da duplicação. Mencionou-se ainda que “o estudo de origem e destino não fez parte do escopo deste projeto de engenharia viária e essa municipalidade não tem esse levantamento para toda a cidade”.

ii. **De capacidade do sistema viário proposto e expectativa de esgotamento de sua capacidade (em anos)**: novamente é mencionado o projeto de 2003, afirmando-se que o

²⁴

Ofício n° 235/2011/GR/UFSC

²⁵

Ofício N° 387/SMO/2011

sistema viário, “duplicação + binário”, é compatível à demanda da via. Nada mencionado sobre a expectativa de esgotamento de sua capacidade.

iii. **Da inserção desse projeto no sistema de mobilidade municipal e regional, seu papel na conexão norte-sul da ilha, com caracterização da hierarquia, volume, velocidade e tipo de tráfego:** cita-se a Lei Complementar (LC) n.º 088/2001, que define as características da Edu Vieira e altera o Plano Diretor vigente à época (LC n.º 001/1997). Portanto, por essa ótica, o projeto estaria incluído nas Diretrizes Viárias do Plano Diretor do município.

c) Sobre o **projeto executivo completo** (relatório, plantas e perfis): foi entregue o Projeto Básico de engenharia. Mencionou-se que o projeto executivo “será elaborado quando da contratação da empresa que irá executar as obras”. Nada mencionado sobre os projetos apontados pela comissão.

[...]

e) Sobre **programação da obra, tempo estimado para a execução, segurança, necessidades de interrupção de fluxo e desvios:** mencionou-se o prazo de 12 meses após a assinatura do contrato, com a possibilidade de adequações ao calendário acadêmico da UFSC. Nada mencionado sobre as questões de segurança, necessidade de interrupção de fluxo e desvios.

[...]

e) **Implantação de ciclovias:** prevista ciclovia em todo o trecho da duplicação (trecho UFSC). Para o trecho entre Eletrosul e Armazém Vieira, prevista ciclo faixa. Os demais trechos da universidade serão implantados em uma oportunidade futura. Solicitou-se à UFSC apresentar seus estudos de implantação de ciclovias internas para compatibilização com o sistema viário da PMF.

f) **Esquadrias bloqueadoras de ruído:** nos recursos alocados para a obra, não foram previstos “investimentos para redução dos ruídos nos prédios da UFSC”. A implantação das barreiras acústicas deveriam ficar por conta da própria UFSC.(UFSC, CUn, 2014).

Após a apresentação de uma “resposta” oficial por parte da Prefeitura Municipal sobre as condicionantes da Universidade, tal documentação foi novamente encaminhada para a Comissão Mista, que novamente se reúne para reavaliação da posição da Prefeitura Municipal. No entanto, conforme manifestado em carta não intitulada²⁶ para o Secretário de Planejamento da UFSC, a Comissão manifesta entendimento de que toda análise técnica já havia sido realizada e estava publica conforme primeiro relatório. Desta maneira, compreende que novas avaliações devem ser feitas em novas instâncias, e sugere que a matéria seja encaminhada para deliberação no Conselho Universitário. Assim, a matéria segue para o CUn, pela primeira vez, em dezembro de dois mil e onze. O Conselheiro Universitário Juarez Vieira do Nascimento, à época Diretor do Centro de Desportos da UFSC, é designado enquanto Relator do processo.

26

Carta não intitulada datada de dezenove de julho de dois mil e onze. Anexos do Relatório Final CETMU – p. 320.

27

O então Primeiro Relator solicita a Comissão Mista que torne a se manifestar, agora já no âmbito do Conselho Universitário, detalhando especificamente quais solicitações não haviam sido atendidas pela Prefeitura Municipal e quais condicionantes deveriam constar no acordo a ser firmado entre as partes. A Comissão então produz um documento no qual busca atender a solicitação do Primeiro Relator. Neste documento estão especificados todos os mapas, projetos, plantas, licenças e estudos até então disponibilizados àquela Comissão. Neste documento é que podemos compreender que o projeto que pautava os planos da Prefeitura Municipal era aquele fruto da já citada Licitação nº 38/2009, o projeto de engenharia produzido pela empresa Prosul Ltda., aquele mesmo projeto que estava em desacordo com o Plano Diretor do Campus e com a Lei Municipal Complementar nº 088/2001. Conforme evidencia trecho do esclarecimento da Comissão Mista ao Primeiro Relator:

[...]

(...) na documentação referente ao projeto, apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, disponível no disco compacto que faz parte do presente processo, constando de dois arquivos que configuram dois volumes, quais sejam:

(a) Arquivo denominado “volume1”, com 119 páginas, tendo como título do documento “Projeto de Duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e Adequação do Sistema Viário”, e com subtítulo “Projeto Básico”, com data de fevereiro de 2010, elaborado pela PROSUL.

[...]

(b) Arquivo denominado “volume_execução”, com 116 páginas, tendo como título do documento “Projeto de Duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e Adequação do Sistema Viário”, e com subtítulo “Projeto Básico de Execução”, com data de fevereiro de 2010, elaborado pela PROSUL.” (UFSC, 2011).

28

O parecer do Primeiro Relator é apresentado em fevereiro de dois mil e doze e traça um histórico de desenvolvimento da matéria dentro das instâncias da Universidade, das contribuições da Comissão Mista, da urgência da obra, da campanha “Pare! Não me Atropele!”²⁹ -, na qual

27

Carta não intitulada datada de doze de dezembro de dois mil e onze. Anexos do Relatório Final CETMU – p.355.

28

Anexos do Relatório Final CETMU, p. 375.

29

As contribuições desta iniciativa estão disponíveis em <http://pare.paginas.ufsc.br/>. Acesso em 03/02/2016.

foram coletadas opiniões da comunidade interna e externa ao campus, da necessidade de realocação de recursos para reestruturação dos blocos de prédios do campus que fossem afetados, bem como da instalação de barreiras antirruído nos prédios alocados próximo a via. Neste caso, os custos com o remanejamento interno de prédios e da construção da barreira acústica seriam de encargo da UFSC. Em seu voto, manifesta-se favorável a cessão das áreas, apontando a necessidade de criação de uma nova comissão para definir melhorias e adaptações no projeto.

Na sequência da publicação do parecer do Primeiro Relator, o servidor técnico administrativo em educação e Conselheiro Universitário Sérgio Luis Schlatter Júnior pede vistas ao processo. O primeiro Relatório de Vistas³⁰ acrescerá ao processo as contribuições da comunidade, até então pouco representada no Conselho Universitário. Estão arrolados a este Relatório anexos contendo dúvidas, solicitações e propostas da comunidade do Pantanal e bairros nos arredores. O primeiro Relator de Vistas chama a atenção para o fato de que mesmo após a realização de audiências públicas, diversas pessoas ainda não tinham conhecimento acerca das especificidades da obra. O Relatório de Vistas também atenta ao fato da ausência de claros recursos a serem empregados nas obras que seriam pagas pela Universidade. Seu parecer é contrário a cessão da área requerida.

Algumas semanas depois, ambos Relatores produzem um novo parecer conjunto, no qual, após breve justificativa na qual se resumem os principais pontos de divergência entre os propostos da Universidade e da Prefeitura Municipal, o parecer do relatório é contrário à cessão do terreno e estabelece um prazo de seis meses para apresentação de uma nova proposta, a ser elaborada por comissão composta por Universidade, Comunidade e Prefeitura Municipal. Este parecer³¹ foi votado e aprovado por maioria simples do Conselho Universitário em vinte de março de dois mil e doze. Na primeira apreciação deliberativa da requisição da área, a Prefeitura acabou perdendo o embate e saiu da disputa com um “não”.

No mês de agosto do mesmo ano, o Conselho Universitário retoma esta matéria, efetuando então as indicações dos componentes da chamada Comissão de Estudo de Transportes e Mobilidade Urbana do Campus da Trindade e Bacia do Itacorubi. - CETMU. Neste primeiro momento, são indicados membros da do corpo técnico da UFSC, como servidores do Gabinete da Reitoria, dos diversos Centros de Ensino, do DCE, entre outros, além de membros da sociedade civil, no caso, do

30

Anexos do Relatório Final CETMU, p. 388.

31

Parecer N°05/Cun/2012. UFSC, 2012.

Conselho Comunitário do Pantanal – CCPan, do Fórum da Bacia do Itacorubi e Fórum da Cidade.

Curiosamente, na nominata aprovada pelo CUn³², não consta nenhum representante Prefeitura Municipal ou IPUF, estando o espaço reservado para tal indicação em branco. Esta lacuna somente será preenchida quando da oficialização da CETMU por meio da Portaria 369 A/2013/GR, de treze de março de dois mil e treze, na qual são indicados os representantes da municipalidade, no caso, dos segmentos da Secretaria de Obras, Secretaria de Transportes e Mobilidade, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Procuradoria-Geral do Município. São designados Carlos Roberto Vieira, pelo Gabinete da Reitoria, e Manoel Arriaga de Castro Andrade Júnior, pelo GEMURB³³, para atuarem na coordenação executiva da comissão. Também estabelece o prazo de cento e oitenta dias a partir da sua publicação para a apresentação do relatório conclusivo dos trabalhos, em concordância com o último parecer do CUn sobre o referido processo. Neste período compreendido entre a aprovação da primeira nominata da CETMU e a publicação da Portaria 369, a comissão tratou de iniciar seus trabalhos, e reuniu-se por diversas vezes a fim de organizarem as questões acerca da metodologia de trabalho a ser aplicada, infraestrutura necessária para viabilização dos trabalhos, entre outros, conforme constam em atas anteriores à portaria.

É necessário esclarecer desde já que os trabalhos desenvolvidos no âmbito da CETMU exploraram de forma que não se encontram precedentes de mesmo porte ao longo do desenrolar deste processo, a participação comunitária nas tomadas de decisão sobre qual projeto de alargamento da via seria aplicado, ao menos do ponto de vista da Universidade. Sem decréscimo dos relatos contido no Primeiro Relatório e Primeiro Relatório de Vistas, nos quais os Conselheiros expõem as mais diversas contribuições da sociedade, como resultados de pesquisas on line e debates dentro da Universidade, a CETMU aprofunda a participação popular com a realização de diversos debates e audiências públicas, realizadas muitas delas no seio da comunidade, utilizando-se das dependências do Conselho Comunitário do Pantanal para realização de suas atividades. Inclusive, como veremos adiante, pude pessoalmente acompanhar por um breve período os trabalhos desenvolvidos no âmbito da CETMU, e do qual resultaram alguns relatos de campo e uma entrevista, que serão oportunamente aqui apresentados.

O relatório conclusivo da CETMU³⁴ está composto basicamente de duas seções, uma na

³²

Memorando 7/Cun/2012. UFSC, 2012.

³³

Grupo de Estudos em Mobilidade Urbana – ARQ/UFSC

³⁴

Relatório Técnico – Histórico, diretrizes, consensos e dissensos sobre cessão de terreno da UFSC para ampliação da

qual faz o resgate histórico do desenvolvimento da questão do alargamento da via, a contextualiza dentro das macro políticas nacionais de planejamento urbano e mobilidade e apresenta o acúmulo de contribuições da comunidade sobre o projeto. Na segunda, sistematiza os resultados obtidos por meio dos trabalhos executados, classificando-os em *consensos*, *consensos parciais* e *dissensos*. Este documento data de treze de novembro de dois mil e treze, mas nele estão ausentes as assinaturas de alguns membros da comissão, com destaque para a ausência de Manoel Arriaga, então um dos coordenadores executivos e da vice-presidenta o CCPan, Albertina da Silva Souza. Isso porque houve uma dissidência da comissão que produziu um relatório alternativo ao oficial, no qual prevalecem propostas elaboradas pela GEMURB em soluções urbanísticas para passeios e equipamentos públicos, como uma grande praça. O relatório alternativo também prevê o entrincheiramento de parte da via, além de redução significativa da metragem a ser cedida. No intercurso da nomeação final da comissão e a apreciação de seu parecer pelo CUn, alguns fatos são dignos de nota para que tenhamos maior clareza sobre a efetividade dos trabalhos ali produzidos e os motivos pelos quais houve dissidências nas vias finais de sua vigência.

O primeiro fato que nos chama a atenção está descrito no Ofício nº669/SMO/13, assinado pelo Secretário de Obras do Município, João Antônio Heinzen Amin Helou, destinado a então Reitora da Universidade, Roselane Neckel. Datado de quatro de junho de dois mil e treze, portanto menos de três meses após instituída a comissão, esclarece o seguinte:

[...]

(...) levou ao seu conhecimento que, conforme antecipei em reunião da Comissão de Mobilidade Urbana do dia 28 de maio, foi entregue na Caixa Econômica Federal o projeto de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, dentro dos preceitos da Lei Complementar 088/2001. Cabe ressaltar que se trata de uma etapa inadiável no processo para a contratação da operação de crédito do 'PAC-2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 2ª Etapa' (...) Destaco, porém, que na apresentação feita pelo GEMURB na referida reunião do dia 28 de maio, ficou claro que o '*Bulevar Edu Vieira*' se enquadra nos limites da área prevista no projeto da Prefeitura (...) diferindo apenas na urbanização da área (...) Sendo Assim, julgo oportuno que sejam iniciadas as tratativas para a delimitação da área a ser cedida para a referida obra, de forma a agilizar o processo para que, ao término do prazo estabelecido pela Portaria nº369/2013/GR, possa ser efetivada a cessão.” (SMO. PMF, 2013).

Desta comunicação da Prefeitura à Universidade, podemos depreender então que o projeto de execução já foi enviado para o agente financiador, bem como possíveis divergências entre o futuro parecer da CETMU em relação ao enviado ao banco são detalhes que podem ser posteriormente corrigidos. Em demais, solicita celeridade na formalização da cessão, denotando alguma pressão sobre os andamentos da comissão, tendo em vista que ainda haviam meses para o fim do prazo de conclusão.

O segundo fato está exposto no Ofício nº1104/2013/GAPRE, datado de oito de outubro do mesmo ano, portanto um mês após o prazo ter se expirado (importante lembrar que o prazo se referia à entrega do relatório da comissão, e não do processo de cessão, a ser deliberado pelo CUn), desta vez assinado pelo atual Prefeito, César Souza Júnior, e encaminhado a Reitora Roselane Neckel. Neste, o Prefeito esclarece:

[...]

1.1 No Art. 4º da Portaria nº369/2013 (...) ficou estabelecido que o prazo limite para apresentação do relatório conclusivo dos trabalhos da comissão é de 180 dias;

1.2. Também no parágrafo 2º da citada Portaria está definido que cabe a Prefeitura Municipal de Florianópolis o desenvolvimento do Projeto;

[...]

1.4 A Comissão constatou que o projeto elaborado por esta Prefeitura tem o traçado similar ao da proposta elaborada pelo GEMURB, atingindo mesma área, e que a nova pista para a ampliação da Rua será construída rebaixada em relação à pista existente; (GAPRE. PMF, 2013).

Aqui podemos novamente observar uma pressão por parte da Prefeitura Municipal à Universidade, tendo em vista que a comunicação está assinada pelo mais alto posto hierárquico do Executivo Municipal, se remete primeiramente ao atraso da Comissão em relação ao prazo estabelecido para a entrega do relatório conclusivo e relembra a autarquia que a autoria do projeto compete à municipalidade. Em seguida, afirma que a comissão constatou que os projetos do GEMURB e da Prefeitura são semelhantes, a despeito de: 1. A Comissão, à época da assinatura deste Ofício, ainda não ter publicado seu relatório final, portanto, ainda não ter sistematizado

qualquer “constatação” e, 2. Conforme vimos, não houve consenso em relação ao documento final redigido pela Comissão, resultando em um relatório alternativo, tornando ainda menos crível uma possível constatação e similaridade entre os propostos.

O último ponto ao qual chamamos atenção é um documento intitulado “Protocolo de Intenções”, datado de vinte de março de dois mil e quatorze, portanto posterior à publicação do relatório final da comissão. Assinado pela Reitoria e Prefeitura Municipal, é uma carta síntese de diretrizes e contrapartidas assumidas pela Prefeitura enquanto encargos da obra a ser executada. São detalhados diversos orçamentos iniciais para obras complementares que visam benefício à Universidade e Comunidade do entorno, condicionadas à cessão da área requerida, como por exemplo, a melhoria do sistema de esgotamento sanitário dos bairros ao entorno do campus (conforme documento, está prevista a cobertura de cem por cento dos bairros mencionados e prazo de trinta e seis meses para execução), ou então elaborar projeto e executar a obra de habitações de interesse social, na cifra de cinco milhões de reais. Sobre as condições nas quais foram elaborados os termos deste Protocolo de Intenções, vale aqui citar o seguinte trecho da ata ³⁵ da Sessão Extraordinária do CUn em que foi deliberada a cessão:

[...]

A conselheira Elaine Jussara Tomazzoni Tavares questionou como o Protocolo de Intenções havia sido feito.

[...]

(...) em seguida, a presidenta prestou alguns esclarecimentos e informações, dentre elas a de que o Protocolo de Intenções havia sido elaborado pela Prefeitura a partir de uma reunião com a Administração Central, na qual esta solicitou à Prefeitura que produzisse um documento formal em que fossem elencadas claramente todas as contrapartidas, inclusive da comunidade. Destacou os limites políticos das ações da Universidade, ressaltando que até aquela data a única culpabilizada por inviabilizar o projeto de mobilidade havia sido a UFSC. (UFSC, 2014, p. 3)

Aqui fica claro que o Protocolo foi um documento de autoria somente da Prefeitura, elaborado com base não esclarecida, nem fornecendo subsídios ou garantias de fundos sobre os valores orçados. A Administração Central da Universidade, de forma unilateral e sem passar pelo crivo público, concordou com a proposta da municipalidade.

À luz destes três documentos, retornamos ao processo final de deliberação da cessão da área requerida. Em assembleia ordinária do CUn, realizada em vinte de novembro de dois mil e treze, o então diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e Conselheiro Universitário Paulo Pinheiro Machado é designado enquanto Segundo Relator do processo. Seu relatório³⁶ está estruturado de maneira tal a apresentar o histórico do processo junto à Universidade, citando os pareceres anteriores e debates promovidos. Faz também menção a instituição da CETMU e uma discussão em torno de seu Relatório Técnico, apresentando os consensos e dissensos nele elencados. Expõem também as “últimas negociações com a Prefeitura”, aonde expressa os termos contido no Protocolo de Intenções. Em seu voto, manifesta-se a favor da cessão, condicionada a apresentação pública do projeto definitivo, observada as diretrizes consensuais da CETMU e do Protocolo de Intenções.

Em meados de abril de 2014, o Conselheiro Universitário Hélio Rodak de Quadros Júnior pede vistas ao processo, o que é deferido, sendo então designado Segundo Relator de Vistas. Seguindo a mesma metodologia, traça um histórico do desenvolvimento, porém, de forma mais detalhada, acrescentando mais materiais de contribuição da comunidade. Em ocasião do pedido de vistas, foi solicitada a realização de uma Audiência Pública ainda naquele mesmo mês, a qual está amplamente documentada junto ao parecer. Seu voto é favorável à cessão somente se o projeto básico for apresentando e aprovado em Audiência Pública.

Em seis de maio de 2014, o CUn delibera sobre os dois pareceres. Conforme consta em ata³⁷, o voto do Primeiro Relator, Paulo Pinheiro Machado, é aprovado com pequenas adequações que se referem à adequação do projeto ao Plano Nacional de Mobilidade Urbana. A condicionante de aprovação do plano em Audiência Pública é vetada. Aqui se encerra a cisma em relação a cessão ou não da área requeria ao alargamento da via.

Após aprovada a cessão do terreno do campus pelo CUn, a Prefeitura Municipal deu início

³⁶

Parecer ao Conselho Universitário. Processo n. 23080.049997/2011-10. UFSC, 2014.

³⁷

Ata nº 15/CUn/ 2014. UFSC, 2014.

ao processo de abertura³⁸ de licitação para a execução final da obra, publicado no início de setembro de dois mil e quinze. Esse edital³⁹ fixava como prazo de entrega das propostas em treze de outubro do mesmo ano, que foi posteriormente prorrogado para sete de dezembro. Segundo notícias veiculadas pela mídia local⁴⁰, a empresa vencedora do certame foi considerada não apta, porém, essa informação não pode ser verificada, tendo em vista que a publicação legal sobre o resultado⁴¹ informa somente que o mesmo resultou fracassado. A título de informe, o edital para execução da obra foi novamente publicado em vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezesseis. O mesmo permanece aberto e prevê como prazo de entrega das propostas dia vinte e oito de março de 2016.

5 – O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PANTANAL

5.1 - Identidades e desafios

Para que possamos compreender e contextualizar o papel do Conselho Comunitário do Pantanal em relação ao projeto de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, é necessário que o contextualizemos dentro do desenvolvimento próprio dos movimentos comunitários no Brasil, ou seja, compreender como o CCPan foi criado e sua relação com um movimento mais amplo, de âmbito nacional. É necessário percorrermos esse caminho mais extenso para demonstrar algumas das origens das dificuldades de mobilização e representação enfrentados pela entidade no processo de participação política, bem como as relações entre poder público e controle social.

Desta maneira, podemos afirmar que, a partir da década de 1970, ocorre no Brasil uma pluralização e multiplicação das formas de associativismo civil, acentuado pelos denominados “Novos Movimentos Sociais”, trazendo consigo novos atores sociais, valores e demandas. Os movimentos comunitários, neste contexto, se fazem valer principalmente da identidade local compartilhada, ou seja, a identidade de *moradores*. Assim, organizam-se em torno das reivindicações de melhorias urbanas em seus bairros e municípios.

38

DOU PMF de nove de setembro de 2015.

39

Concorrência Pública N°602/SMA/DLC/2015.

40

Disponível em <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/02/prefeitura-de-florianopolis-analisa-contrapartidas-pedidas-pela-ufsc-para-ceder-terreno-na-edu-vieira-4984383.html>. Acesso em 28/02/2016.

41

DOU PMF de quatorze de janeiro de 2016.

O movimento comunitário é entendido aqui como o conjunto de organizações (Associação de Moradores, Conselhos Comunitários, etc...) que visa representar os interesses dos moradores de sua localidade, bairro ou região. Trata-se de um tipo de associativismo que apresenta uma especificidade, qual seja, a articulação e organização de moradores tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O elemento de identificação – e diferenciação frente aos outros movimentos sociais – é, portanto, o compartilhamento do local de moradia. (ser morador do bairro, região, município). (LÜCHMANN, 2004, p. 58.)

Tendo esse marcador identitário em vista, buscamos então compreender quem eram os moradores do bairro à época da fundação do CCPan. Obviamente, o perfil aqui traçado é genérico, mas elencamos alguns fatores que sobre ele incidiram. Conforme já citado, o Conselho foi fundado no ano de 1981. No ano de 1978, foram concluídas as obras da Sede da ELETROSUL no bairro Pantanal.

Por ocasião de sua constituição, decidiu o governo Federal localizar em Brasília a sede da empresa e no Rio de Janeiro o seu escritório central. Em 1968, a Eletrobrás e suas subsidiárias, entre elas a ELETROSUL, gozavam de alta prioridade no governo Federal, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento. No período compreendido entre 1972 e 1975, o Ministro das Minas e Energias, Segiaki Ueki, determinou que as empresas com características como as da ELETROSUL, Eletronorte e Eletropaulo, com escritório central no Rio de Janeiro, deveriam ir para seus lugares de origem. (CABRAL FILHO, 1998, p. 66.)

O processo de transferência da empresa para Florianópolis implicava em dois movimentos: a construção do espaço físico necessário para abrigar suas instalações, e a transferência dos funcionários para a cidade. Ambos foram coordenados por um departamento da própria ELETROSUL, denominado Grupo de Trabalho e Transferência - GTT. O primeiro movimento, de instalação física, foi deveras facilitado, tendo em vista que o Governo do Estado de Santa Catarina doou uma área de aproximadamente 114.000m² no bairro Pantanal, como uma forma de incentivo ao acolhimento da empresa, já que a mesma poderia vir-se a instalar em qualquer um dos três Estados da região sul do país. Em relação ao segundo movimento, o de transferência de seus funcionários, a empresa criou uma política de incentivo e estímulo ao processo de transferência, nos quais seus empregados poderia optar entre diferentes formas de subsídios para que fixassem moradia próximo ao novo local de trabalho .

42

Podemos aqui observar que imediatamente anterior ao processo de fundação do CCPan,

42

Os funcionários da Eletrosul puderam optar entre uma ajuda de custo para aluguel de imóvel, a ser concedido por 36 meses, ou então a mesma ajuda de custo, por 6 meses, e o financiamento integral de imóvel para residência própria, no valor limitado a 24 vezes o seu salário. A maioria dos funcionários optaram pelo financiamento. (CABRAL FILHO, 1998, p. 68).

houve um processo de incentivo à fixação de residências no bairro e entornos, voltado a funcionários públicos, muitos dos quais especializados e com nível superior, portanto, com nível de renda relativamente alto, advindos de grandes capitais brasileiras. A oferta de financiamento para aquisição de imóveis também intensifica o mercado imobiliário da região. Exemplo disto são a verticalização da região e construção de condomínios abertos planejados, como o chamado Jardim Universitário:

Devemos também aqui considerar que o bairro Pantanal, conforme já descrito anteriormente, caracterizava-se enquanto uma vila predominantemente rural, até o início da década de 1960, alterando-se progressivamente esse cenário a partir da construção do campus universitário e demais intervenções. Existem, portanto, famílias que são moradoras do bairro, anteriormente ao processo de urbanização do bairro. Essa comunidade local rural também constitui uma identidade própria perante o processo participativo.

Conforme observa também Cabral Filho, é nessa época que se intensificam os problemas de infraestrutura urbana do bairro, devido ao aumento de sua população. Desta maneira, grupos de moradores passam a se reunir e cobrar da municipalidade, ações concretas sobre a situação daquela localidade. Deste movimento embrionário é que surge o CCPan, fundado por meio de assembleia geral realizada no Grupo Escolar Prof.^a Beatriz de Souza Brito, em 24/02/1981. (COELHO, LÜCHMANN, 2005, p.10).

Podemos aqui confluir, a partir do caso do CCPan, a caracterização dos movimentos comunitários, conforme analisado por Lüchmann, utilizando-se principalmente da identidade de moradores de determinada localidade, que se organizam em torno da pauta da melhoria urbana: “O movimento comunitário é entendido aqui como um conjunto de organizações (...) que visa representar os interesses dos moradores de sua localidade, bairro ou região” (LÜCHMANN, 2004, p.58). Seguindo ainda a mesma linha de análise proposta, poderemos também observar, à partir do caso do CCPan, as dificuldades inerentes ao processo de participação, como por exemplo a baixa participação e representatividade, as relações de caráter clientelista que por vezes se desenvolvem no seio do movimento, bem como as relações de aparelhamento da entidade por parte do Estado.

Em primeiro lugar, devemos desconstruir uma ideia de “homogeneidade” por parte do Conselho Comunitário. Se por um lado, existe uma pauta aglutinadora, capaz de mobilizar diversos atores sociais a participar de um diálogo, como é o caso das melhorias de infraestrutura urbana, não podemos ignorar que existe uma polifonia de discursos, propostas e soluções que constroem esse diálogo, raramente tendendo à unanimidade. Nas diversas reuniões que participei no CCPan, em que a pauta era o projeto de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, a diversidade de propostas e pontos de vista discordantes era imensa. Isso suscita uma questão interessante em relação da constituição da identidade de *morador*, pois tal identificação não significa um

compartilhamento imediato de valores e visão de mundo, constituindo um elemento significativo a ser considerado na análise da questão da participação política por meio das entidades comunitárias. Como bem aponta Lüchmann: “Como a identidade movimentalista não é dada apenas pelo local de moradia, mas construída através do reconhecimento – e compartilhamento – coletivo da luta política como meio para atingir seus objetivos, são poucos os que se identificam e investem esforços na organização e manutenção da prática coletiva” (2004, p. 59).

Não obstante, também é necessário ter em vista que as estruturas utilizadas pelos movimentos comunitários foram ou são ainda utilizadas pelo Estado como formas de controle social e aparelhamento das entidades. O caso de fundação do CCPan tipifica essa lógica, estando sua formalização legal umbilicalmente ligada ao Estado, por meio de seu Estatuto, que foi feito com base em um modelo fornecido pela FUCADESC:

Este Estatuto teve como modelo o que era instituído, na época, pela Fundação Catarinense de Desenvolvimento (FUCADESC), e seguia, portanto, as normativas da política estadual de controle e dependência dos Conselhos à política institucional. (...) A FUCADESC é um órgão estadual que substituiu, em 1979, a SAC – Supervisão de Ação Comunitária. Em Santa Catarina, o governador Antônio Carlos Konder Reis – em perfeita sintonia com o governo federal – decreta (em 1977) a lei nº 2.840 que criava o “Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e ao Funcionamento de Conselhos Comunitários”. Os Conselhos Comunitários não teriam outro papel senão o de funcionarem como um mecanismo de controle social do governo nos bairros e comunidades catarinenses. (...). Somente as entidades ligadas à SAC recebiam verbas do governo, cabendo a ela também fornecer o estatuto padrão aos Conselhos. (COELHO E LÜCHMANN, 2005, p. 10).

Além de desempenharem, durante certo período, o papel de mecanismos de controle das entidades comunitárias, que por vezes serviram enquanto plataformas político-partidárias, sobre as quais partidos e candidatos gozavam, tecendo relações assistencialistas. Ao replicar práticas eleitoreiras, se estabelecem junto a comunidades relações meramente clientelistas, “apenas como um balcão de favores, e não como instrumento próprio de sociabilidade, reivindicação e luta comunitária”. (LÜCHMANN, 2004, p.60). Essas relações meramente utilitaristas das entidades comunitárias acaba por se expressar na baixa representatividades destas perante suas comunidades locais. No caso do CCPan, isso se explicita, principalmente na sua primeira década de existência. Conforme aponta o estudo feito por Coelho e Lüchmann, praticamente todos os pleitos para a presidência do Conselho ocorreram com inscrição de chapa única e baixa quantidade de votantes. Somente no ano de 1995, após a reformulação do Estatuto da entidade é que ocorre um pleito sem chapa única e com votação expressiva, pois havia-se ampliado o universo de votantes.

No entanto, é necessário também aqui mencionar que a partir de meados da década de 1980, os movimentos comunitários de Florianópolis passaram por um período seminal e de intensa disputa social, sem dúvida alimentado também pelo fim da ditadura civil e militar e

redemocratização do Brasil. Um exemplo interessante sobre as relações de disputas travadas dentro dos movimentos comunitários da cidade nesse período é a criação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias), entidade de caráter municipal que, atualmente, participa diretamente do processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis:

A partir de 1984, período de grande efervescência política no Brasil, algumas associações e grupos comunitários independentes – juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) – formaram a chamada “Articulação de Entidades”, com o objetivo de aglutinar setores independentes do movimento comunitário. Entretanto essa união terminou em 1987 quando os setores ligados as CEBs abandonaram o movimento devido sobretudo às interferências político-partidárias existentes. Em 1987 os setores que permaneceram da antiga articulação fundaram a UFECO, com o intuito de articular associações de moradores e Conselhos Comunitários existentes em Florianópolis. (LÜCHMANN, 2004, p.61)

Assim, a ideia da UFECO nasce pelas mãos de uma dissidência da chamada “Articulação de Entidades”, um grupo formado em 1986, do qual participavam, além de algumas associações de moradores, lideranças ligadas as CEBs, que realizavam à época trabalhos ligados as Pastorais da Terra e a Teologia da Libertação. O grupo ligado as CEBs rompe com a Articulação de Entidades quando da tentativa de municipalizar a entidade, no caso, o projeto embrionário da UFECO. Ocorre que, em meio aos trabalhos internos de articulação para a municipalização da entidade, um grupo de entidades surge com a proposta de aderir a uma federação estadual, a FAMESC (Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina), ligada ao PMDB, que havia ganho as eleições municipais no ano anterior e naquele ano disputa o governo do estado. Buscando agilizar o processo de filiação a entidade estadual, este grupo dá celeridade ao processo de criação da entidade municipal e passa a arrebanhar, com ajuda do partido, novas associações de moradores que vão surgindo. O grupo ligado as CEBs então rompe totalmente com a Articulação de Entidades, por entender, em linhas gerais, que esta passaria a estar subordinada ao partido e ao poder público.

As lideranças que restaram na Articulação de Entidades tiveram o entendimento que diante do fato iminente da municipalização da entidade, deveriam então disputar a diretoria da entidade com o grupo pró FAMESC. Assim, a UFECO nasceu da composição de uma chapa única, porém rachada entre dois grupos com visões conflitantes sobre as formas de participação a serem aplicadas. No entanto, essas lideranças ligadas a Articulação de Entidades acabaram abandonando a entidade nos anos seguintes a gestão ligada ao PMDB. Esse grupo, ligado a Articulação de Entidades, irá se rearticular no final de década e vencer o pleito para gestão do ano de 1989, porém, as relações com os grupos relacionados as CEBs não se reataram mais. Os grupos das CEBs irão, na década seguinte, estar cada vez mais relacionados à questão do uso do solo urbano e dos assentamentos, hoje utilizando a identidade de Movimento Sem Teto⁴³.

43

A dissertação “As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e a administração pública municipal na

Trazemos aqui o exemplo da UFECO para ilustrar as dificuldades e limites imposto pela relação movimentos comunitários/poder público, que acaba por “fechar portas” de diálogos e articulações com outras formas de movimentos políticos que rechaçam as tradicionais práticas clientelistas e da comunidade local que não vê esse instrumento como um espaço efetivo de participação. Obviamente, não queremos aqui, de forma taxativa, caracterizar todos os movimentos comunitários como partes integrantes desta lógica utilitarista, até mesmo porque esse panorama irá se alterar de forma significativa entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000.

Com o passar dos anos, os movimentos sociais ampliam suas articulações e amadurecem suas práticas. Conforme já citado anteriormente, se inicia uma nova etapa de experiência participativa na cidade, notadamente marcado pelo início da elaboração do Plano Diretor do Distrito Sede, à partir do qual se abrem debates públicos em relação aos planos diretores e também das experiências dos orçamentos participativos (BURGOS, 2015). Novas associações e espaços participativos são criados e passam a disputar também as demandas referentes à infraestrutura urbana, antes relegada quase que exclusivamente às associações de moradores e conselhos comunitários. É neste sentido que exultamos a importância do Plano Diretor Alternativo produzido pelos movimentos comunitários enquanto resposta ao Plano de Desenvolvimento Entremares para a Planície do Campeche, pois se rompe aqui a prática tradicional de demandar soluções e favores à municipalidade, e passa-se a produzir alternativas e proposições no seio mesmo dos movimentos sociais:

Podemos observar esta tendência no processo de ampliação e articulação do associativismo civil da cidade. Parte significativa do movimento sócio comunitário do Florianópolis atualmente vem empreendendo esforços no sentido de fortalecer e articular as diversas formas de organizações existentes, além de propor, junto ao poder público municipal, medidas que visam uma maior participação política e uma gestão mais democrática que envolva todos os setores da sociedade civil na tomada das decisões referentes às questões da cidade. Nesse ponto, o “Fórum da Cidade” vem se constituindo em uma dessas tentativas de unir os setores da sociedade a fim de discutir um novo projeto de gestão pública à luz do Estatuto da Cidade (LÜCHMANN, 2004, p.67)

No que se refere especificamente ao nosso objeto, a Rua Deputado Antônio Edu Vieira, o CCPan passa a participar efetivamente do projeto de duplicação da via no ano 2000. É ali que se iniciam as primeiras discussões e audiências em torno da obra a ser realizada, sua forma, execução, etc. Conforme relatado no estudo produzido por Coelho e Lüchmann, já nesse primeiro encontro realizado sobre tal pauta, se deflagrava o ponto conflitante da obra que ainda hoje permanece sem

concordância da comunidade: a largura da rua.

Em 12/06/2000 foi realizada reunião, na qual alguns vereadores, proprietários, moradores e representantes do CCPan apresentaram uma alteração no traçado apresentado pelo IPUF para a Rua Dep. Antônio Edu Vieira, ao presidente da Câmara Municipal, Paulo Ávila da Sila. O que preocupou a comunidade foi a largura da rua, aprovada com o domínio de 30 metros. A comissão do CCPan, que participou da reunião, reivindicou que o domínio da rua fosse de 18 metros. Como a reunião foi feita sem uma assembleia geral com a comunidade, foi proposto um novo encontro com o IPUF (para o dia 19/06/2000), a ser realizado após a assembleia geral do CCPan, marcada para 17/06/2000. Nesta assembleia, votaram-se as propostas, sendo aceita, com 17 votos, o domínio de 18 metros. (...) Esta deveria se a proposta defendida pelo CCPan no IPUF. (COELHO, LÜCHMANN, 2005, p.14)

O assunto somente voltou a ser discutido coletivamente no ano seguinte:

Em 11/06/2001, foi novamente debatido o alargamento da Rua Dep. Antônio Edu Vieira com a participação de 50 moradores, representantes do CCPan e o presidente e o engenheiro do IPUF. Algumas questões levantadas foram: a construção do túnel; a questão de 80 famílias serem atingidas; o esgoto sanitário, que não teria uma estação de tratamento no Pantanal, e o aumento do trânsito. Acabou-se votando a favor da proposta original do IPU, com a largura da rua de 30 metros, apesar de já haver tido uma assembleia na gestão anterior, onde ficou decidido que a largura da rua não passaria dos 18 metros. (IDEM, p. 16).

Conforme já citamos, a partir do ano de 2003, uma série de atividades são promovidas no CCPan em conjunto com o Fórum da Cidade, a UFSC, o IPUF e a Prefeitura Municipal. No entanto, vale expor o fato que essas atividades, debates, audiência, etc. são então já realizadas sob a Lei Complementar 088/2001, aprovada pela Câmara de Vereadores no mês de setembro daquele ano, lei esta que regulamenta o traçado da via com largura de 30 metros. De fato, as discussões fomentadas no âmbito do Plano Diretor reascenderam essa questão da largura, principalmente à partir de 2006, e conforme já citamos, diversas reivindicações e propostas foram apresentadas, buscando consensualizar a proposta municipal com o desejo comunitário de uma via de largura reduzida, porém, a leitura da Municipalidade foi de que a referida Lei se sobrepunha a demanda colocada pelo bairro. Como podemos ver, em um momento de baixa participação e mobilização comunitária, contanto com um quórum bastante reduzido em uma reunião específica, foi dado o respaldo necessário à Prefeitura aprovar uma lei que ainda hoje, quinze anos após sua publicação, continua sendo o maior ponto de discordância entre todos os envolvidos no projeto. Interessante notar como a própria desmobilização comunitária e baixa participação nos processos de tomada de decisão, por vezes, abrem brechas para que dificuldades sejam colocadas de maneira praticamente intransponível posteriormente, pois, apesar de a elaboração do Plano Diretor Participativo alardear a oportunidade de repensar o futuro da cidade, não foi possível, por meio dele, reverter a decisão do

legislativo sobre o empasse e atender justamente a primeira e mais importante demanda da comunidade local.

6 - Relatos de Campo

Conforme citado anteriormente, a partir da metade do ano de dois mil e treze, pude acompanhar de forma mais próxima os trabalhos que estavam sendo realizados no âmbito da CETMU. Por ocasião e intermédio de uma vinculação ao Laboratório de Sociologia do Trabalho – LASTRO - entrei em contato com o arquiteto Manoel Arriaga, que conforme já esclarecido, desempenhava a função de coordenador executivo da comissão. Deste período de maior proximidade, pude coletar impressões e relatos de campo, bem como uma breve entrevista com o referido. De forma a contribuir com a melhor compreensão das metodologias adotadas pela CETMU e dos processos de participação da comunidade do Pantanal e bairros arredores, disponibilizo aqui tal relato.

Ao dia vinte e três de agosto de 2013, participei pela primeira vez de uma reunião do CETMU/UFSC, realizada na Sala Harry Laus, na Biblioteca Universitária. Lá fui recepcionado pelo Arquiteto Manoel Arriaga, que foi o contato indicado pelo LASTRO, em ocasião das primeiras experiências e ideias sobre a realização desta pesquisa. Manoel me deu uma breve explicação sobre a composição da Comissão e seus objetivos. A CETMU/UFSC foi criada em março de 2012, conforme ATA nº 15 da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário/CUn, tendo como objetivo central avaliar o projeto de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e emitir um parecer sobre a cessão de parte do terreno do campus para execução da obra. Por meio desta portaria, a Reitoria nomeou uma comissão formada por representantes de três instâncias: Universidade, Prefeitura e Comunidade. Juntos, devem fornecer, de forma consensual, os subsídios necessários para a tomada de decisão, por parte da Reitoria, em ceder ou não tal faixa do terreno para a execução da obra. Nesta reunião, estava presente, além o arq. Manoel Arriaga, o Prof. Elson Manoel Pereira, do Departamento de Geociências da UFSC, enquanto representantes da Universidade; o Sr. Lírío José Legnani (IPUF), por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis; e Sra. Albertina Silva (CCPan) e Sr. Jair Vieira, líder comunitário. Dentre a tantas questões que ali foram debates, acerca de detalhamentos e minúcias do projeto, a questão mais polêmica tratada foi sobre a caixa mínima do projeto, que prevê a rua com trinta metros de largura, no trecho compreendido entre a

atual rótula da Eletrosul até o a Rua Pedro Vieira Vidal. O Sr. Jair expôs, em nome da comunidade do Pantanal, a insatisfação com a largura apresentada no projeto, relatando que, segundo as impressões trocadas com diversos moradores da região, estes julgariam como suficiente uma largura de, no máximo, vinte e três metros. Os demais integrantes da Comissão ali presentes também manifestaram preocupação em relação a este ponto, evidenciando que este fato era de prévio conhecimento de todos. O Sr. Jair estendeu então o convite para que participássemos de uma reunião promovida pelo CCPan, na qual haveria oportunidade de exposição dos andamentos dos trabalhos da comissão perante a comunidade. A reunião encerrou-se com os preparativos para a audiência a ser realizada no centro comunitário.

A audiência ocorreu no dia três de setembro do mesmo ano, no período noturno. A mesa organizadora do evento foi presidida pela Sra. Albertina Silva (CCPan) e composta pelo Sr. Lírio (IPUF), o Sr. Norton Makowiecky (Procurador Municipal), o vereador Lino Peres, do Partido dos Trabalhadores, e o representante comunitário e professor da UFSC, Fernando Barti. Além das falas da mesa, diversos membros do CETMU/UFSC revezaram exposições sobre o tema. Colaboradores do CCPan, inclusive seu atual presidente, Romeu Franzoni Júnior, colaram diversas plantas, croquis e simulações gráficas do projeto nas paredes do salão. A reunião teve início efetivo próximo das vinte horas. O atraso teve seu aspecto positivo, pois houve tempo hábil para que diversas pessoas conseguissem chegar ao evento. Contanto com aproximadamente cem pessoas, portanto, uma quantidade expressiva de participantes, deu-se início a apresentação efetiva do projeto de duplicação da rua, conduzida principalmente pelo Prof. Fernando Barti, que convidou para complementar sua exposição o Arq. Manoel Arriaga. Eles exibiram os detalhes da planta que estava, naquele momento, sendo submetida à apreciação pela CETMU/UFSC, na qual constava o trecho polêmico, debatido na reunião anterior, com trinta metros de largura. O Prof. Fernando também exibiu um pré-projeto que ele mesmo havia concebido, adaptada a largura para vinte e três metros. Este pré-projeto também previa uma “área integrada de convivência”, onde estariam agrupados alguns serviços ao bairro, como o próprio centro comunitário, um posto de saúde e posto policial. Expôs sua preocupação em relação a um projeto viário muito extenso no trecho, o que poderia acarretar em fissura e repartição do bairro após a duplicação. Após a apresentação das plantas, foi concedida fala ao Sr. Norton. Conforme esclareceu por diversas vezes que, de acordo com sua função de servidor público, compreendia a demanda local por um projeto de menor porte, porém, era necessário esclarecer que, de acordo com a legislação municipal vigente, devia-se cumprir a metragem estipulada de trinta metros. A fala do procurador provocou repúdio em alguns participantes, que se manifestaram com vaias. A última fala foi do vereador e professor aposentado da UFSC, Lino Peres, que corroborou as afirmações do professor Fernando Barti em relação a um

possível retalhamento do bairro. Tendo encerrada a rodada de falas da mesa, foram abertas inscrições para que o público também pudesse expor suas opiniões. Muitos se colocaram a favor do projeto de duplicação, porém, adaptado às necessidades do bairro, principalmente em relação à largura da via. No entanto, essa posição não foi unânime, havendo também aqueles que se posicionavam totalmente a favor ou totalmente contra o projeto. Quando da fala do líder comunitário Jair Vieira, o mesmo apresentou aos presentes uma carta síntese das principais demandas colhidas junto aos moradores. A carta foi lida na íntegra, e Jair propôs que fosse realizada uma votação para que fossem acatados e aprovados os pontos de unidade apresentados. O documento foi aprovado por ampla maioria dos presentes. É importante ressaltar que todo o evento ocorreu de maneira totalmente pacífica, porém, com uma forte atmosfera de disputa e tensão. Várias vozes do bairro fizeram falas duras e indignadas, principalmente dirigidas ao Sr. Norton. O acirramento das falas e respostas da mesa foi agravando tal ambiente. Ao final da sessão, que se encerrou algo próximo das vinte e três horas, os remanescentes abordavam os integrantes da mesa, já de maneira informal. Outros circulavam por entre as exposições gráficas do projeto lá exibido.

Aproximadamente um mês após esse evento, tornei a acompanhar uma nova reunião da CETMU/UFSC. A comissão reuniu-se no dia seis de novembro do mesmo ano. Desta vez, a reunião tinha um caráter mais formal, e foi presidida pelo então Pró-Reitor Carlos Vieira, professor do Departamento de Geociências da UFSC. Além dele, havia também diversos outros representantes nomeados da Comissão, de outros servidores da Universidade, do representante da Caixa Econômica Federal, banco financiador da obra, e de representantes comunitários. A sessão teve início com a aprovação da ata anterior. O Pró-Reitor expôs o fato da proximidade da data limite de entrega do parecer daquela comissão sobre a doação do terreno do campus para apreciação do Conselho Universitário e que, portanto, isso indicaria a necessidade dos encaminhamentos finais dos trabalhos. Assim sendo, propôs que a comissão fizesse um apontamento sucinto sobre o andamento de cada um dos chamados pontos de concordância da Comissão. Eram tópicos que as três partes integrantes da Comissão, de forma consensual, tem como comum acordo, como por exemplo, prioridade aos passeios, criação de ciclo vias e ciclo faixas, criação de corredores exclusivos para transporte coletivo, responsabilidade ambiental durante a execução da obra, dentre outros. Um dos tópicos levantados pelo Pró-Reitor referia-se a forma de execução da obra, que segundo o representante do IPUF alegou, seria executada por etapas ou fases. Jair Vieira, líder comunitário, salientou nesta fala o fato de ainda não haver consenso da comunidade em relação a largura da rua estabelecida no atual projeto, bem como a preocupação em relação à execução da obra em etapas. O transtorno temporário das obras é oneroso para o bairro, sendo interessante que a obra fosse executada de uma única vez, a fim de mitigar tal transtorno. Ficou acordado que a obra

seria segmentada de forma que a obra a ser realizada no trecho compreendido entre a rótula da Eletrosul e a Rua Pedro Vieira Vidal fosse feita em única etapa.

No dia dez de setembro daquele mesmo ano, tive a oportunidade de entrevistar o Manoel. Servidor da Universidade desde 1977, ele acompanhou com grande proximidade os processos reformatórios da estrutura física do campus, bem como de obras do entorno. Manoel relatou que, em 1994, foi instituído pelo então Reitor Rodolfo Pinto da Luz, à época vice-governador do estado de Santa Catarina, uma equipe de caráter interdisciplinar, então chamada Comissão Permanente de Planejamento Físico – CPPF, visando atender a necessidade de melhorar a estruturação de projetos de melhorias do campus. Essa comissão foi de fato instaurada somente em 1996 e, em 1998, tornou público seu primeiro diagnóstico sobre as condições gerais do campus, incluindo algumas ideias sobre o gargalo já existente no bairro Pantanal. O desenvolvimento desta discussão culminou na Lei Municipal 088/2001, que estabelece os parâmetros gerais sobre a via e suas construções. Manoel relata que desde essas discussões iniciais, existe discordância em relação a largura da via, bem como em relação a outras propostas que já foram consideradas, como a construção de um túnel que cortasse o bairro ou a transformação da via em sentido único, ambos rejeitados pela comunidade do bairro. Em relação aos trabalhos da atual CETMU/UFSC, Manoel relatou que, desde a gestão do Reitor Álvaro Prata, existe uma comissão composta por quadros da Universidade, dedicada exclusivamente para analisar a questão da duplicação. No entanto, foi somente na gestão da Reitora Roselane Neckel que a comissão ganha caráter tripartite, trazendo diretamente para o debate a Prefeitura Municipal e a Comunidade, conferindo maior participação popular nos trabalhos da comissão. O GEMURB, Grupo de Estudos em Mobilidade Urbana, vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, contribuiu de forma incisiva para os trabalhos da comissão, fornecendo plantas e subsídios para análise da comissão. A entrevista com o Professor Manoel foi decisiva no sentido de fornecer os dados iniciais para o mapeamento histórico acerca da celeuma da duplicação da via.

A partir destas primeiras incursões em campo, passei a participar de diversas outras reuniões, seminários e audiências que abordassem não somente a questão do bairro Pantanal, mas a questão urbana em geral. Como iniciamos essa pesquisa no segundo semestre de 2013, ainda existia na cidade uma efervescência política muito grande, orbitando em torno das discussões do Plano Diretor Participativo. O período compreendido entre os anos de 2006 e 2013, no qual se desenvolveram as discussões do Plano Diretor Participativo, foi um período de intensa mobilização social e comunitária, havendo assim um sem fim de atividades e debates, promovidos por diversos setores da sociedade. Já os anos de 2014 e 2015 podem ser compreendidos como um período de

arrecifamento deste intenso ciclo anterior, dado que o Plano foi votado e transformado em lei, conforme já citado anteriormente, em dezembro de 2013.

No entanto, as redes estabelecidas naquele período, apesar de menos mobilizadas no período pós votação, não se desmancharam completamente. Pude participar ao longo dos anos de 2014 e 2015 de atividades relacionadas ao direto à cidade e gestão urbana, promovidas, por exemplo, pelo Fórum da Cidade, pela UFECO, pelo Fórum da Bacia do Itacorubi, pelo CCPan e também pela Universidade. Obviamente, essas entidades prestigiavam mutuamente as atividades promovidas, de maneira que muitos participantes integravam duas ou mais entidades ao mesmo tempo. Em ocasião já da finalização desta empreitada e então revisão de certos marcos cronológicos, tornei a fazer contato com a Sra. Albertina Souza, que à época do início da pesquisa, era participante da diretoria do CCPan. Este contato evoluiu para um encontro, realizado no mês de maio de 2016, no qual pude tomar um depoimento e algumas questões levantadas nessa ocasião são interessantes de serem aqui compartilhadas, pois nos ajudam a exemplificar justamente as dificuldades encontradas no processo de articulação e participação das entidades comunitárias.

O período compreendido entre os anos de 2006 e 2013 foi de intenso processo participativo de diversas entidades comunitárias, estimulado pela elaboração do Plano Diretor Participativo. Em ocasião deste, conforme relatado anteriormente, foram realizadas oficinas, debates e audiências, tanto promovidas pela Prefeitura, como também promovidas pela sociedade organizada. No entanto, o CCPan e a comunidade do Pantanal viveram, entre os anos de 2001 até 2012, um momento de pouco envolvimento em relação ao projeto de expansão da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. 2001 foi o ano de aprovação da Lei Municipal Complementar nº 088/2001, que conforme visto, definia qualquer futura expansão da via com uma caixa mínima de 30 metros. 2012 é o ano em que a CETMU/UFSC é criada e, portanto, é a partir dali que a comunidade do bairro e o CCPan retomam de forma mais intensa a participação em relação às definições do projeto de expansão. Portanto, restava ainda compreender o que motivou esse hiato de atuação da comunidade, mesmo durante um período tão profuso para a participação, como foi o período de elaboração do Plano Diretor Participativo. Neste depoimento tomado de Albertina Souza, uma das chaves de compreensão desta aparente contradição foi revelada, pois em sua fala, ela afirma que, após a votação da Lei Municipal Complementar nº 088/2001, de fato, houve uma descontinuidade das discussões realizadas pela CCPan sobre o projeto. Isso porque, em sua opinião, a comunidade do bairro sempre apostou na não realização da obra. Já desgastados após tantos anos de debates e de tantos diferentes projetos anunciados, mas sem nenhum avanço da obra ou sinalização efetiva de início da mesma por parte da Prefeitura, certa descrença se abateu sobre a comunidade, que passou a concentrar esforços de

atuação em outras frentes que não esta.

7 – CONCLUSÃO

Demos início a esse trabalho buscando caracterizar o processo de disputa pelo direito à cidade e os diferentes interesses de formas de uso e ocupação do solo urbano, que por sua vez, produzem dinâmicas específicas de participação social nas definições legais sobre essa disputa. A figura do Plano Diretor sintetiza esse processo. A partir do estudo de caso da expansão da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, tentamos montar um quadro analítico e histórico do processo de participação e construção deste projeto e mapear quais atores sociais estiveram envolvidos.

No primeiro capítulo, realizamos a caracterização espacial e geográfica da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e do Bairro Pantanal, remontamos à sua história e apresentamos a descrição do processo de desenvolvimento e expansão do bairro, sua transição do rural para o urbano e posterior adensamento de sua malha urbana, processo estimulado pela construção de grandes polos, sendo o maior exemplo a instalação do campus da Universidade nessa região.

No segundo capítulo, apresentamos a delimitação espacial da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e a análise dos tipos de zoneamentos aplicados à rua, especificamente, e ao seu entorno, de maneira geral. Com base nessa delimitação, é possível termos uma visão aproximada do que se projeta para o futuro do bairro e da rua.

No terceiro capítulo, elencamos os diferentes projetos de expansão da via já apresentados, até o projeto atual, buscando os contextualizar dentro dos Planos Diretores os quais pertenceram. Assim, abordamos os todos os Planos Diretores e planos setoriais específicos que foram criados e idealizados no período compreendido entre a década de 1950 até os dias atuais. Analisamos nesta seção também o processo de adensamento do processo de participação social na construção destas leis.

No quarto capítulo, analisamos o adensamento do processo de participação social na elaboração das políticas urbanas no município, o que ocorre principalmente a partir da década de 1990. Aqui observamos a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos especificamente na construção do projeto de expansão da via, no caso, a Comunidade, a Universidade e a Prefeitura Municipal.

No quinto capítulo, é apresentado o resgate histórico do processo de formação e fundação do Conselho Comunitário do Pantanal, suas formas de atuação junto à comunidade do bairro e sua contribuição na elaboração e construção do projeto de duplicação da via.

O sexto e último capítulo trata-se de uma compilação dos relatos de campo mais significativos para a pesquisa, no intuito de compartilhar os detalhamentos das experiências empíricas realizadas ao longo dos três anos de desenvolvimento da mesma.

Com base na pesquisa bibliográfica e de campo efetuada em ocasião da realização deste estudo de caso, nos deparamos com um contexto complexo, pois envolve uma diversidade razoável de atores sociais que atuaram e atuam em diversas frentes que, de forma ou outra, se relaciona com o objeto desta pesquisa. Além disso, foi também necessário o esforço em montar o quadro histórico de desenvolvimento do problema, que remete, como pudemos observar, há praticamente seis décadas atrás.

Para podermos problematizar sociologicamente esse estudo de caso, e não reproduzirmos tão somente uma narrativa histórica de desenvolvimento do Bairro Pantanal, lançamos mão da caracterização teórica dos movimentos sociais brasileiros do período pós-ditadura, os chamados Novos Movimentos Sociais, abordando mais especificamente o conceito de entidades comunitárias, ou seja, àquelas que se pautam pela melhoria do espaço comum de moradia.

No caso desta pesquisa, ficou evidenciado que o direito à cidade é vetor para os movimentos sociais. Em Florianópolis, isso se expressou fortemente nos embates entre associações comunitárias e poder público em função dos planos diretores. Isso evidencia que o Plano Diretor desempenha uma figura central no que se refere ao fomento à participação social na construção de uma visão de cidade.

Em relação ao CCPan, elemento central na análise produzida, observamos que a entidade nunca foi capaz de homogeneizar seu discurso em relação a obra de duplicação. Desempenhou um papel importante na discussão dos projetos, atuando assim como um ponto referencial dentro do processo de definição do projeto, mas não foi capaz de obter unidade suficiente para garantir uma posição forte na correlação de forças estabelecidas entre a Prefeitura, Comunidade e Universidade. Além disso, ao longo da pesquisa, desconstruímos a visão, tão presente no início do trabalho, de que os conselhos comunitários fossem entidades ligadas diretamente à iniciativa popular. Pelo contrário, observamos que a história dos conselhos comunitários no Estado de Santa Catarina e, portanto, do

CCPan, tem sua gênese ligada também ao Estado, e não somente na sociedade civil.

Por fim, podemos concluir que as discussões em relação ao futuro do Bairro Pantanal e o intenso processo de disputa em torno de quão desejável este futuro é, a ser definido principalmente com base na obra de expansão de sua principal rua, transbordaram os limites da comunidade diretamente afetada. O que pudemos observar é que essa disputa esteve contextualizada em torno de um projeto mais amplo, a uma visão de futuro da cidade como um todo, definida pelo Plano Diretor Participativo, e não somente as formas representativas daquela comunidade, no caso, o CCPan, se envolveram no embate, mas toda uma rede de entidades ligadas à reivindicação do direito à cidade, como também, e de forma muito expressiva, a Universidade, não somente por também ser afetada diretamente pelo projeto, por meio de cessão de uma parte de seu território para execução das obras, mas principalmente como um polo de geração de debate e conteúdo sobre qual cidade devemos habitar.

8 – BIBLIOGRAFIA

AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. **O lugar do público no Campeche**. 1996. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BRASIL. LEI n° 10.257, de 10 de Julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [Da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, ed. n° 133-E, 10 jul. 2001. Seção I, p. 1-5.

BRASIL. Medida Provisória n° 103, de 1° de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo. Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das Cidades, mai-jun de 2004 - 158p.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Plano Diretor Participativo**. Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005 – 92 p.

BURGOS, Raúl. **A construção do espaço público em Florianópolis: articulações da sociedade civil para a definição de políticas públicas**. Trabalho apresentado no Seminário internacional Inclusão Social e as Perspectivas Pós-Estruturalistas de Análise Social, 28-30 jun. Recife, 2005. 35 p. (mimeografado)

_____. **Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. Observações a partir de um estudo de caso**. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapeco: ARGOS, 2007.

_____. **Dilemas da participação social no processo de elaboração do plano diretor de Florianópolis (1993-2013): uma proposta de análise a partir do modelo de democracia**. Trabalho apresentado no II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 27-30 Abr. São Paulo, 2015. 25 p. (mimeografado)

CABRAL FILHO, Pedro. **A constituição da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito: 1935-1992**. Florianópolis, 1998. xi, 157f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

COELHO, Eliza; LÜCHMANN, Lígia H. Hanh. Exclusão e organização popular: assessoria das ciências sociais junto à comunidade do Alto do Pantanal. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, [S.l.], jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5444>>. Acesso em: 15 Abr. 2015.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n.5 , p. 137-161, out. 2004.

_____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra: UNICAMP/IFCH, 2002.

FLORIANÓPOLIS. Lei Ordinária Municipal nº 246, de 15 de novembro de 1955. Institui o Código Municipal de Florianópolis.

_____. Lei Complementar nº 001, de 18 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo no Distrito Sede de Florianópolis e dá outras providências. **Diário Oficial [do Município de Florianópolis]**, Florianópolis, SC, 18 fev. 1997.

_____. Lei Complementar nº 088, de 24 de setembro de 2001. Altera Sistema Viário aprovado pela Lei Complementar nº 001/97 no Pantanal e Saco dos Limões e dá outras providências. **Diário Oficial [do Município de Florianópolis]**, Florianópolis, SC, 24 set. 2001.

_____. Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014. Institui o plano diretor de urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. **Diário Oficial [do Município de Florianópolis]**, Florianópolis, SC, ed. nº 1136, 17 jan. 2014. p.7-53.

FRANZONI, Tereza Mara; BASTOS, Rafael José de Menezes. **As 'perigosas' relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1993. iv, 252f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HERMANN, Klaus (Org.). *Participação Cidadã. Novos conceitos e Metodologias*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

HISHIDA, Américo. “Por trás do pano”. In: PERES, Arlis Buhl et al. **Reconstruindo paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Nunca fomos tão participativos. **Revista Sem Terra**, São Paulo, p. 17 – 20, 01 fev. 2008. Disponível em <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/revista-sem-terra.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Parecer MPTC/605/2011. Disponível em <http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Pareceres/3460394.HTM>. Acesso em 29/01/2016.

MOREIRA, Adilson de Souza. **O processo participativo no plano diretor - estudo de caso: Campeche / Florianópolis, SC - Brasil**. 2009. [252 p.] : Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Florianópolis, 2010.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010. 477p.

PAIVA, Edvaldo, RIBEIRO Demétrio, e GRAEFF, Edgar. **Florianópolis: Plano Diretor**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PERES, Arlis Buhl et al. **Reconstruindo paisagens: desafios socioespaciais para a Grande**

Florianópolis. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

PILATI, José Isaac. “Plano Diretor: contribuição ao processo jurídico e político de sua elaboração participativa”. In: PERES, Arlis Buhl et al. **Reconstruindo paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse; SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria. **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências.** Florianópolis: Insular, 2004.

SOUZA, Jéssica Pinto de. **O Plano Diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis.** 133 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2010

SUGAI, Maria Inês; **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-Ilha.** 1994. 2v. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

_____. **Segregação silenciosa:** investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. 254 p. (Coleção urbanismo e arquitetura da cidade).

TASSO, Cândida de Oliveira. **Complexão da política urbana: PDP de Florianópolis : instrumento básico para o desenvolvimento sustentável.** Florianópolis: Insular, 2008.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 439p (Estudos urbanos;) ISBN 8598292877.

TIRELLI, Janice; BURGOS, Raúl; BARBOSA, Tereza Cristina. **O campo de peixes e os senhores do asfalto**. Memória das lutas do Campeche. Florianópolis: Cidade Futura, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Processo Licitatório nº 631/2010/PMF. Disponível em
<<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/transparencia/index.php?cms=consulta+processos+licitatorios&menu=7>>. Acesso em 25/01/2016

_____. Processo ELC 10/00690536/TCE-SC. Disponível em
<http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Decisao/1000690536_3410708.htm>. Acesso em 26/01/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Agência de Comunicação – AGECOM. **Acervo da Memória da UFSC**. Florianópolis, 2000.

_____. Comissão Permanente de Planejamento Físico. **Plano Diretor do Campus da UFSC – Diretrizes e Proposições**. Florianópolis, 2005.

_____. Comissão Permanente de Planejamento Físico. **PD-CP-2010: Revisão Conceitual, Definições Urbanísticas e Ambientais**. Florianópolis, 2010.

_____. Comissão designada pela Portaria nº 1415/GR/ 201 - **Relatório e Parecer – Melhoria do sistema viário no entorno da UFSC**. Florianópolis, 2011.

_____. Conselho Universitário. **Parecer nº 05/CUn/2012**. Florianópolis, 2012.

_____. Conselho Universitário. **Memorando nº 7/CUn/ 2012**. Florianópolis, 2012.

_____. Comissão de Estudos de Transportes e Mobilidade Urbana do *campus* Trindade e da Bacia do Itacorubi – CETMU. **Relatório Técnico – Histórico, diretrizes, consensos e dissensos sobre cessão de terreno da UFSC para ampliação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira**. Florianópolis, 2013.

_____. Conselho Universitário. **Ata nº 6/CUn/ 2014**. Florianópolis, 2014.

_____. Conselho Universitário. **Ata n° 15/CUn/ 2014**. Florianópolis, 2014.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catharina**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1900. pt

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.